

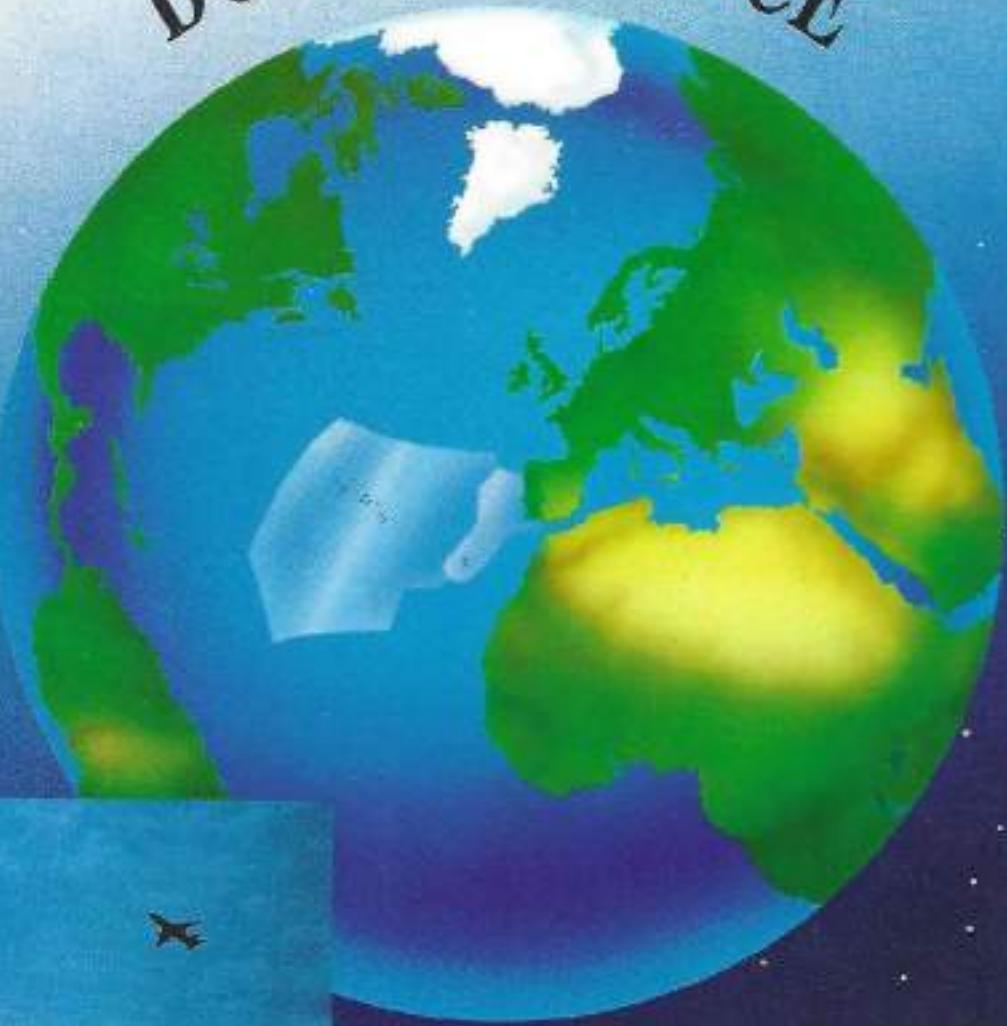
INDEPENDÊNCIA

Revista de Cultura Lusitana

ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE DO JORNAL DE 112 DO BOLETIM INFORMATIVO E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



POR TUGAL É 51 VEZES MAIOR DO QUE PARECE



A par da gestão dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores - numa presença actuante desde 1978 - juntamos a responsabilidade de ordenar e controlar um espaço aéreo 51 vezes maior do que a área de Portugal Continental. Através do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, abrangemos o Continente e Madeira, e do de Santa Maria, os Açores e uma vasta zona do Atlântico Norte.

Para a ANA, EP, é motivo de orgulho poder oferecer segurança e bem-estar a milhares de passageiros, tripulantes, aviões e a toneladas de carga que diariamente circulam neste enorme espaço sob responsabilidade portuguesa.

ana

aeroportos e navegação aérea, e.p.

EDITORIAL

Por um Portugal português

Ao recordarmos o dia 24 de Maio do já longínquo ano de 1861, importa reviver o ambiente, as dificuldades e as dividas que, naquela conturbada época, pairavam, ameaçadoras, sobre Portugal e a sua viabilidade como nação independente.

O país tinha acabado de sair, cheio de cicatrizes, de traumas e de divisões, dum longa e dramática guerra civil. E certo que estava em curso um notável esforço de fomento. Contudo, o desânimo e a falta de fé persistiam na alma de muitos portugueses. Em discursos, conferências ou através da imprensa, intelectuais e políticos de nomeada interrogavam-se, sem encontrar saída, sobre o futuro de Portugal. Muitos destes, tocados por correntes de pensamento, modernas mas mal digeridas, pelos exemplos do Zollverein alemão e da unificação política que ocorria na península italiana e ainda pela insidiosa actuação de alguns históricos inimigos da nossa independência, rendiam-se ao mal menor mas que tinham como inevitável - a nossa integração na vizinha Espanha, embora sob a capa inicial dum rei português a unir as duas pátrias.

É este quadro de fatalismo e de descrença que explica o espectacular êxito, de verdadeiro toque a rebato, do gesto simples daquele humilde comerciante da baixa lisboeta, convocando para a sua loja quem quisesse, com ele, acreditar na viabilidade dum Portugal português.

Assim, e para isto, se fundou a nossa Sociedade. E, apenas, para isto ela continua a existir. Para ser nas horas boas, mas sobretudo nos tempos difíceis, sentinelha atenta dos perigos que espreitam a nossa independência e voz que constantemente mobilize e esclareça os portugueses em defesa desse valor fundamental.

Daí que, no cenário presente, ela procure lembrar aos portugueses que a sua liberdade colectiva como povo, como nação milenária, não é uma vassoura fôrta de moda, uma peça de museu, bela mas agora já inútil. Afirmando sem rodeios que se trata de um valor intocável, lembramos, contudo, que o culto desta identidade e independência deve ser adaptado às realidades concretas de cada época. E, por isso, acrescentamos que, hoje, tal culto não somente é compatível com a nossa presença na União Europeia, como nos é particularmente exigido para termos nessa comunidade em construção um membro desejado, activo e benéfico para nós próprios.

Com efeito, temos por inseparáveis estas duas vertentes. Por um lado, não faz sentido, seria impensável - e fatal, talvez - desvincularmo-nos desta nova comunidade, cujo figurino todos, porém, devemos ajudar a definir e a por de pé, pois a Europa é a realidade cultural, histórica e económica a que, por natureza, pertencemos. Mas, seria mais impensável ainda, nela estarmos passivamente, como um peso morto e uma pátria que aceitou desaparecer.

Contra o radicalismo e o pessimismo de alguns - infelizmente, demais - não pensamos que dilema se solucione com posições extremas: - ou absorção ou penúria. A exemplo do sucedido há quase século e meio, também nós acreditamos que, hoje é possível lutar por um Portugal português, estruturalmente vinculado às outras pátrias europeias, suas irmãs de berço, mas de braços abertos e mãos dadas com outras pátrias e gentes que fizemos irmãs ao longo da história.

M. T. S.



INDEPENDÊNCIA

Revista de Cultura Lusíada

NOVA SÉRIE

N.º 8

**INDEPENDÊNCIA É UMA REVISTA QUE REFLECTE EM PALAVRAS E IMAGENS, OS INTERESSES NACIONAIS E HISTÓRICOS DA NOSSA CULTURA LUSÍADA.
AS OPINIÕES EXPRESSAS OU DOUTRINAS EXPOSTAS NOS ARTIGOS ASSINADOS DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO EXPRIMEM, NECESSARIAMENTE, OS PONTOS DE VISTA DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL**

A colaboração é solicitada pela Direcção da Revista a qual não assume o compromisso de publicar ou devolver os originais enviados sem observância daquela condição

ÍNDICE

3
EDITORIAL
M.T.B.

5
PUXAR PELO BRIO NACIONAL
Comandante Virgílio de Carvalho

7
PORTO 1865, UMA EXPOSIÇÃO
Fernando Luís Sampaio

11
OS SANTOS MÁRTIRES DE MARROCOS
Silvana România Pires

18
IMPRESSÕES SOBRE UM LIVRO
"TERRA DE NINGUÉM"
Anica - Esther de Leon

19
A IMAGEM ABSOLUTA
Miguel Reale

20
PORTUGAL NO MUNDO
Ensinar Português no outro lado do Mundo
Paula Cristina Santos

26
OS UNIFORMES DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE PENICHE
DURANTE A GUERRA DO ROSSILHÃO E CATALUNHA
(1793-1795)

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

35
O MUSEU DA ÁGUA DA EPAL
A Memória Histórica do abastecimento de água à região de Lisboa
Pedro Inácio

38
RECITAL DE POESIA
Louca Arminada Carvalho

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Santos Mártires de Marrocos

(Igreja «Velha» da venerável Ordem Terceira de S. Francisco, Porto.)

ILUSTRAÇÃO DA CONTRA-CAPA

Canhoto Naval e derrota do Prior do Crato - Marte do Conde de Vimioso e do Almirante Strozzi

ILUSTRAÇÃO DO VERSO DA CONTRA-CAPA

D. António I (Prior do Crato)
1531-1595

Gravura da Epoca - Reservados e Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa

FICHA TÉCNICA

Director: General Themudo Barata

Coordenador: Dr. João Paulo Oliveira Costa

Conselho Editorial

Secretário executivo: Alberto Reis

Vogais: Dr. Deolinda da Fonseca, Dr. Paulo Pinto

Consultor iconográfico: Dr. Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Maquetização e publicidade: Jorge Rodrigues

PUXAR PELO BRIO NACIONAL

C.º VIRGÍLIO DE CARVALHO

As nações precisam de acreditar em si próprias, mormente quando têm de travar desafios decisivos. Por isso é muito importante lembrar sucessos, vencer complexos de inéditos (sem deixar de tirar deles as lições que convém), e olhar construtiva e confiantemente para o futuro. Foi o que fez Ronald Reagan quando avançou de cabeça bem alta, respeitosamente, para o monumento enterrado, envergoanhado, aos militares do seu país mortos no Vietname, e pronunciou as palavras certas e solenes, ainda que breves, para o reencontro dum grande país consigo mesmo, a que a Humanidade veio a ficar a dever o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim.

Por isso seria conveniente acabar em Portugal com o discurso docente da prevenção contra nacionalismos e patriotismos, sempre que se comemora algum sucesso da sua História. E que, inclusivamente, o que Portugal fez na sequência da sua afirmação positiva para o mar, para legitimamente consolidar a sua identidade de Nação e a sua individualidade de País, redundou numa obra universalista que abriu o caminho da Humanidade para a hoje chamada "aldeia global".

Por isso também se lamenta que seja de sectores que mais têm feito para enfraquecer a combatividade de Portugal, e para adormecer a vigilância dos Portugueses, dizendo a torto e a direito ser tempo de abater fronteiras e abafar soberanias, e de se olhar com confiança para o país vizinho, que têm vindo as principais acusações aos actuais governantes por, na sua opinião, se terem deixado surpreender pelo plano hidrológico espanhol.

E ainda pela mesma razão que se entende ser necessário procurar complementar a informação dos Portugueses com elementos que possam contribuir para uma formação mais consciente da sua opinião, com vantagem para a democracia, para o brio nacional, e para o poder negocial do País.

Por exemplo, não é pelo simples facto de a regionalização administrativa do Continente estar inscrita na Constituição que será correcto pô-la em prática. Será correcto, isso sim, procurar saber se tal inscrição decorreu de estudo estratégico profundo, nomeadamente recorrendo às clássicas provas de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade da Estratégia.

Quanto à adequabilidade, seria preciso ter presente que o Continente português, que

foi a base de lançamento do Portugal euro-atlântico universalista, está ferido da clássica terceira condição mais perigosa de fragmentariedade potencial, que é própria das estreitas e compridas faixas territoriais Norte-Sul, caracterizadas por diferenças acentuadas (climáticas e culturais) de que decorrem os conhecidos problemas entre Norte, Centro e Sul.

Razão por que a Portugal se lhe impõe, desde sempre, que as suas opções de desenvolvimento tivessem de ser as que garantissem simultaneamente a maior segurança, para preservar a sua individualidade consolidada em 1385 com a vitória da opção atlântica sobre a ibérica. Querendo o referido dizer não estar provado que uma regionalização do Continente seja estratégia adequada ao Objectivo Nacional Permanente de "desenvolvimento em segurança", nomeadamente quando de Bruxelas sopram ventos de integrações económicas e culturais transfronteiriças, logo aproveitadas por Galegos e Andaluces com propostas de Noroeste Peninsular e Sudoeste Ibérico que, a concretizarem-se, poderiam acabar com Portugal como país.

Quanto à exequibilidade, falta provar que haja meios financeiros e humanos capazes de manter tal regionalização. É que, do próprio país vizinho, há notícias de arrependimento pelos elevados custos que a regionalização dele impõe, e por favorecer especialmente o impopular crescimento da classe política remunerada.

Quanto à aceitabilidade, quem desejará dizer abertamente que o risco de se perder a individualidade do País num projecto europeu que ainda ninguém sabe se vai madurecer, é de se correr para cumprir uma Constituição que pode ser mudada no que não estiver correcto, como é normal? E o caso é que a resposta - negativa - até tem já sido dada pelos próprios partidos políticos que têm sido pelo "sim" quando estão na oposição, e pelo "não" quando estão no Governo, isto é, quando a responsabilidade lhes impõe maior prudência.

Uma crise, bem mais que meramente local, na pesca longínqua, era de prever. Desde que há uns anos atrás, face à voracidade degradadora de grandes frotas, modernas vindas de longe, países ribeirinhos iniciaram uma luta de resistência que veio a desaguar na Lei do Mar da ONU, ainda não totalmente ratificada, mas que conseguiu fazer entretanto aceitar tacitamente a da Zona

Económica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas. Nós próprios o previmos em 1992 em livro nosso (1), ao dar eco a hipóteses de eventual conflito futuro generalizado pela sobrevivência da Humanidade.

A voracidade degradadora de certas potências pesqueiras continuou a aumentar, e a reação do Canadá e de Marrocos é mais um aviso de possível crise generalizada quanto ao acesso a recursos económicos do mar, mormente os alimentares, dado que estes poderão tender a escassear em terra.

Mas da questão do Canadá e de Marrocos há de momento três ilações a tirar, muito interessantes para Portugal. Uma é que a Portugal não lhe convém estar ao lado da Espanha, que é potencialmente um dos mais vorazes degradadores de pesqueiros do Mundo (a 48 potência pesqueira) e da Europa (80% da capacidade de capturas da UE); e isto porque a dimensão exagerada da sua frota pesqueira é um problema para o Canadá, para os países da UE e para Marrocos, e os que a seu lado se puserem também passarão a sê-lo, e sofrer-lhe-ão as consequências. Outra é a de que, estar ao lado da Galiza, cujos separatistas pro-Portugal aproveitam a crise para fazer guerra a Madrid, é muito inconveniente e imprudente. Outra ainda, talvez surpreendente para muitos, é o facto de tais separatistas galegos darem a ideia de confundir Fraga Iribarne com Madrid, segundo notícias de alguns jornais.(2)

A crise do plano hidrológico castelhano, seja qual vier a ser seu desfecho, já mostrou como em política não há amizades, mas interesses. E mostrou também como não bastam palavras generosas para haver relações de confiança. O caso é que a confiança tem que começar por os países saberem impor-se mutuamente ao respeito, e por equilíbrio de poderes.

Quanto à água, um bem escasso, a caminho de poder tomar-se em património comum em certas regiões, e até no Mundo, melhor que continuar a confiar em vizinhos é pugnar por que seja criada em Bruxelas uma agência da UE que, baseada no precedente luso-espanhol, seja competente para gerir questões deste tipo.

E, se isso não chegar, começar a pugnar por solução idêntica em New York, na ONU. No mínimo, é um passo estratégico que convirá sempre a um país com menor poder negocial dar, para internacionalizar questões com países mais poderosos.

No concorrente ao equilíbrio de poderes com o país vizinho, a Portugal por certo que conviria um pouco menos de Europa e um pouco mais de Lusofonia. E o caso é que, quanto a esta, ainda a França a imiscuir-se, com a costumada agressividade da sua língua e dos seus argumentos económicos, através dum Ministério da Cooperação vocacionado para tratar com países da Francofonia e da Lusofonia mas não da Commonwealth. Ministério esse que se viu debater acasalmente nas eleições presidenciais deste país, onde a opinião pública parece querer o seu fortalecimento.

Quanto à questão do pilar europeu da NATO, que o Tratado de Maastricht diz dever ser protagonizado pela UEO (organização militar da UE), há agora em Portugal quem - por interesses ainda não totalmente esclarecidos, ou por mera ignorância atrevida - queira transferir o Continente do comando NATO do Atlântico (SACLANT) para o da Europa (SACEUR), separando-o dos Açores e da Madeira, que permaneceriam naquele. O que seria uma imprudência e um erro grave quanto à solidariedade e à coesão interterritorial nacional e, bem assim, quanto ao poder negocial que decorre da circunstância excepcional de o conjunto territorial de Portugal, tal como tem estado, ser considerado como peça importante, tanto para a segurança da Europa, como para a América do Norte. Além do mais sera uma hipótese inoportuna, quando dos dois lados do Atlântico Norte se começou já a propor fazer evoluir a NATO para Comunidade Transatlântica, total (económica, política e militar) que promoverá Portugal, de periférico na UE, a central naquela.

A História se encarregará, daqui a alguns anos, de mostrar melhor o que terá estado mal e bem quanto às guerras que Portugal travou na África de língua portuguesa. Mas, porque até agora se tem tratado quase exclusivamente do que esteve mal, será altura de se procurar começar a mostrar também a outra face da verdade. Por exemplo, no que toca a responsabilidades externas no acontecido, e quanto às internas no concorrente à perda de coesão nacional e de poder militar e negocial que seria bom terem sido mantidos para, por exemplo, se poder conduzir a descolonização pela via da evolução - não da revolução - como a República da África do Sul está neste momento a fazer para desmontar calma, pacífica e constitutivamente o "apartheid".

Mas é principalmente tempo de se falar do enquadramento geopolítico internacional

das guerras em questão. E não apenas para conhecimento dos Portugueses, mas até porque estrategos e políticos das potências que exploraram nessa altura as vulnerabilidades de facto existentes em Portugal, não fiquem com a impressão, pouco dignificante, de que aqui não se percebeu tudo do que realmente se passou.

O caso é que se estava em plena Guerra Fria, - travada entre as duas superpotências, e o que estava em disputa entre elas era a Europa Ocidental, defendida pela dissuasão da NATO de ser submetida, como a Oriental, por tropas de Moscou. Tratava-se duma guerra indirecta em que, a par da pressão militar e psicológica da URSS sobre a Europa Ocidental (de que é exemplo o "slogan" "antes vermelhos que mortos"), Moscou procurou controlar a África Austral (onde aquela Europa depende a quase 100% para o seu abastecimento de produtos minerais estratégicos) através de pontes a estabelecer em Angola e Moçambique. Por isso, EUA e URSS "se bateram" em Angola e Moçambique através de movimentos de libertação que apoiaram contra Portugal. E, ainda hoje,

passados 20 anos da saída de Portugal de África, ainda as superpotências estão lá a procurar pôr fim à animosidade que então também criaram entre esses mesmos movimentos da libertação.

Seja como for, importa sobretudo lembrar que Portugal se bateu em cinco frentes simultaneamente: nas frentes militares da Guiné, de Angola e de Moçambique, bem dispersas e bem distantes; na frente diplomática; e na frente interna. E a verdade é que só perdeu, e decisivamente, na frente interna. O que tem interesse lembrar para o objectivo de procurar puxar pelo brio nacional, uma vez que a História decerto registará o valor demonstrado pelos militares (profissionais e milicianos) e pelos diplomatas portugueses. Nomeadamente porque as próprias superpotências perderam cada uma delas a guerra única, e inofensivelmente injusta, que impuseram ao Vietname e ao Afeganistão. E perderam-na não só na frente interna, como Portugal, mas também na militar.

10.05.95

Virgílio de Carvalho



A Estátua da Independência, colocada no pedestal, face sul, do Monumento aos Restauradores de 1820, restaurado e condecorado pelo SIIIP em 1990.

PORTE 1865, UMA EXPOSIÇÃO

POR FERNANDO LUIS SAMPAIO



A apresentação da última exposição do século, a EXPO'98,
"Os Oceanos, Um Património para o Futuro"

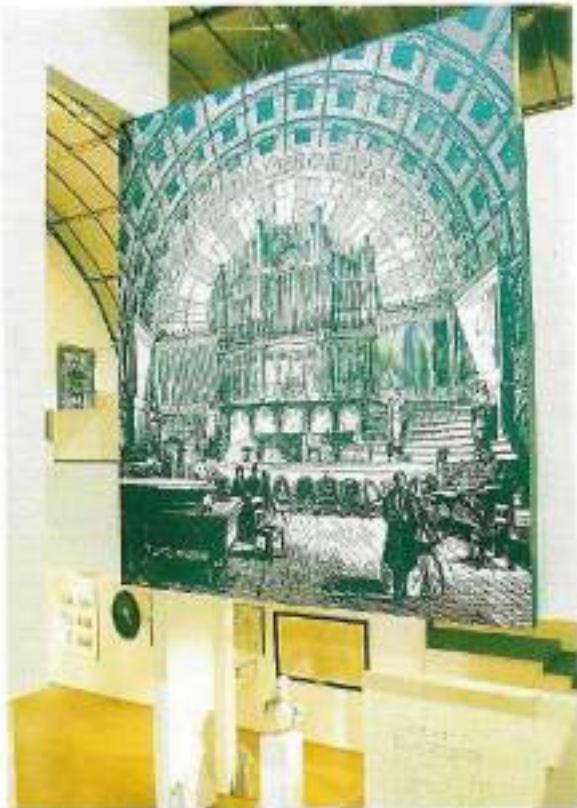
A reforma iniciada em meados do século XVIII por João de Almada e Melo e continuada, até 1804, por seu filho Francisco de Almada e Mendonça veio alterar, substancialmente, o carácter de burgo medieval que a cidade do Porto tinha mantido até então.

Até ao final da década de trinta do século XIX, pouco ou nada de importante tinha sido introduzido neste panorama. Com uma população que rondava os cinquenta mil habitantes, a segunda cidade do país tornava-se cada vez mais burguesa.

Em 1839, J. Costa Lima publica uma planta topográfica que nada acrescenta em termos de desenvolvimento urbanístico. Contudo, cinco anos mais tarde, Perry Vidal numa outra planta duplica o número de referências monumentais. A cidade alarga-se e transforma-se.

Em 1841 iniciam-se a Ponte Pênsil e o Palácio da Bolsa. Quatro anos mais tarde fazem-se os primeiros projectos para a iluminação a gás da cidade. Em 1860, dá-se início ao novo edifício da Alfândega e, um ano mais tarde, ao Palácio de Cristal.

Em 1854 funda-se no Porto a Associação



Reprodução do Orgão existente no Palácio de Cristal.
Ampliação a partir de gravura original.

Agrícola Distrital que, entre 1857 e 1860, vai promover no Campo da Torre da Marca uma série de exposições agrícolas e de gado. Em 1861 é a vez de a Associação Industrial Portuense levar a cabo uma exposição industrial.

Perante o êxito obtido, Alfredo Allen, um dos promotores destes certames, propõe, com a adesão imediata dos poderes públicos e privados, a formação de uma nova Sociedade, que teria como objectivo principal a construção de um "Palácio Agrícola, Industrial e Artístico" que pudesse albergar condignamente novas exposições.

A 3 de Setembro de 1861, D. Pedro V preside à cerimónia do lançamento da primeira pedra do novo edifício. Inicialmente concebido em ferro e vidro por Thomas Dillen Jones, à semelhança do Crystal Palace de Londres, o projecto do Palácio de Cristal vai ser, na sequência da falência da firma responsável pela sua construção, a C.D. Young de Manchester, substancialmente alterado. Mantém-se o ferro na estrutura da nave central e nas coberturas mas todo o conjunto será agora envolvido por paredes de granito. Tudo indica que esta alteração é da autoria de outro arquitecto inglês, Francis W. Shields.

Com o Palácio praticamente concluído, um dos membros da Sociedade do Palácio de Cristal, o cirurgião António Ferreira Braga propõe, em 1864, numa Assembleia



*Retrato de Alfredo Allen – FAD
Vitral do Palácio de Cristal*



*Carrinho de D. António Ferreira
Ao fundo: reconstituição de uma lojinha do Séc. XIX.*

Geral, que à inauguração do Palácio se faça dentro de um ano, com uma Exposição Internacional. Confrontado com as dificuldades financeiras com que a Sociedade se debaria, Ferreira Braga assume uma atitude verdadeiramente romântica. Compromete-se, se tal for necessário, a hipotecar todos os seus bens para que se possam concluir as obras do Palácio e o "risco" dos jardins.

Este gesto, que lhe irá custar toda a sua fortuna pessoal consegue, de facto, convencer os seus pares. A 18 de Setembro de 1865 D. Luís I, acompanhado de toda a família real, entra ao som do órgão tocado por Widor, no Palácio de Cristal, inaugurando a 1.ª Exposição Internacional Portuguesa.

Os países industrializados, incluindo os Estados Unidos e o Japão, fazem-se representar. Contudo, e à exceção da França, o número de expositores por país é reduzido. As indústrias portuguesas, especialmente as do sul, também não estão devidamente representadas. Por inércia ou temendo um fiasco, muitas delas vão ignorar o convite feito pela sociedade do Palácio de Cristal.

Apesar de todas as vicissitudes, o êxito da Exposição foi inegável. Visitada por

milhares de pessoas nos quatro meses da sua duração, foi, durante todo este período, tema obrigatório de conversas e discussões.

Apesar de uma razoável actividade, a empresa "Palácio de Cristal" foi sempre deficitária. Em 1933, o presidente da Câmara Alfredo Magalhães resolve, numa tentativa de salvar o Palácio, adquiri-lo para o município.

Remodelado, vai servir de palco à mais extraordinária exposição deste século que teve lugar no Porto, a "Exposição Colonial".

Contudo, em Dezembro de 1951, já sob a presidência de Licínio Presa, a Câmara delibera a demolição do velho Palácio de Cristal.

Porto, 1865. Uma Exposição é uma evocação e uma memória desse gesto clarividente que tanto trouxe à cidade do Porto e a Portugal.

(Texto do Dr. Fernando Luís Suopain, sobre a Exposição que o Parque Expo'98, S.A., leva a efeito na cidade do Porto em comemoração da última Exposição Internacional realizada em Portugal)



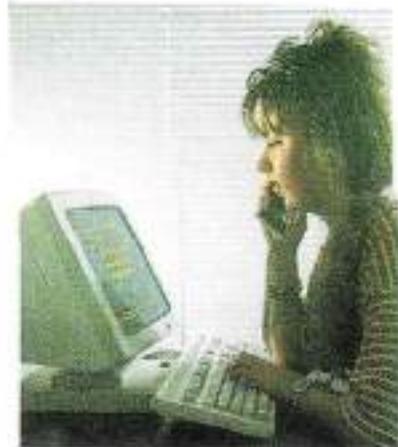
Coleção de quadros expostos na exposição Internacional de 1865.
Reconstituição a partir de fotografia da época.



Pormenor do salão dedicado às Exposições Universais

INTERCONNECT

O MELHOR
SISTEMA
TELEFÓNICO
AO SEU
DISPOR



A consola de operadora
é o centro do sistema

ADQUERIR O SISTEMA

O Interconnect 200 é constituído por uma gama de equipamentos, cobrindo de 12 a 168 portos. A característica chave desta gama é o conjunto de partes e funções de todos os produtos. Isto quer dizer que, se começar com o pequeno sistema de 12 portos, pode beneficiar das mesmas vantagens, aspectos e facilidades que os sistemas de maior capacidade. Estes factores são conseguidos sem mudar qualquer modo de utilização do sistema, não sendo portanto necessário treinar operadora e utilizadores.



MITEL

SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA

Centro da Jerónimo Ferreira & Filhos

R. da Talha, 4.º, 2.º Esq. - 1100 LISBOA • Teléfs. 346 31 97 / 346 84 40 • Fax. 347 73 67

OS SANTOS MÁRTIRES DE MARROCOS

POR SILVANA REMÉDIO PIRES

A devoção aos Santos Mártires de Marrocos, sob o cuidadoso patrocínio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, animou o quotidiano de várias gerações, durante cerca de seis séculos, tendo sofrido um grande golpe em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas. De então para cá, o fio da sua história pareceria que se tinha esguçado, não fossem as alusões que se lhe têm tecido a propósito da iconografia que a ilustra ou das fontes escritas que a fixaram. Salvo raras exceções, poucos estudos lhe foram dedicados, tratando-a de uma forma directa. Este pequeno texto, suscitado pela comemoração dos seus 775 anos, não é mais que uma abordagem panorâmica do tema, que se nos afigura cheio de questões por aprofundar.

Antes de nos ocuparmos dos Mártires, tentemos traçar o ambiente que os envolveu.

Com o séc. XIII vemos aparecer novos desafios à sociedade medieval, aos quais ela vai dar resposta através de um impeto reformador que perpassa todos os grupos sociais. A crescente afirmação das cidades tinha deixado de se ceadunar com os hábitos antigos. A agricultura tinha de alimentar mercados em expansão; os senhores feudais tinham de aprender a viver com a concorrência das oficinas e das lojas, que aliciavam os seus servidores; a Igreja tinha de saber ser uma presença espiritual em comunhão com o seu tempo, que lhe dirigia vários protestos sob a forma de heresias. O séc. XIII foi, em suma, uma época de mobilidade. No campo religioso, essa mobilidade inspirou um grande movimento de renovação, iniciando aquela a que já se chamou a "era das Ordens Mendicantes". Tanto franciscanos, como dominicanos, concretizaram o ideal medieval do *homo peregrinus*¹, aquele que, sem se afastar do mundo, tem uma atitude de despreendimento das coisas terrenas, pois não é nelas que encontra o sentido para a sua vida, caminhando em busca de uma plenitude que está para além do que é visível. O recolhimento dos claustros já não o atrai, preferindo interpelar os que se cruzam no seu caminho, através de um testemunho radical dos valores do Evangelho. Apesar da sua vida errante,

que contrasta com o monaquismo que os precedeu, os mendicantes vão manter a importância dos laços comunitários e da fidelidade à Regra.

Vejamos quais são os pilares da espiritualidade franciscana², a fim de melhor enquadrarmos a vocação martírológica que inspirou aqueles Santos.

Muito embora não tenham por hábito permanecer no convento, pois pretendem ser um fermento evangélico para todos (fiéis e infiéis), os franciscanos têm uma piedade prática, mas alimentada numa atitude contemplativa, que procura, pela oração e penitência, o progressivo despojamento de si próprio, condizente à união com Deus. De qualquer forma, já não são monges, mas frades, pelo que a fraternidade os impele a viverem centrados em Cristo - o Irmão - que encontram, de uma maneira muito concreta, em cada homem que sofre. O lugar do menorita (denominação que expressa bem a importância da humildade e simplicidade) é ao lado dos mais pobres e dos leprosos, os anátemas da sociedade medieval. A "pobreza franciscana", que se tornou numa expressão recorrente, o que não raras vezes lhe ameaçava o sentido, consiste, então, na liberdade face a qualquer tipo de apropriação egoísta, vivendo uma insegurança material que os conduz a uma harmonia com o exemplo de Cristo. O frade franciscano não tem nada de seu, tudo lhe é dado, ora como fruto de um trabalho prestado, ora de uma esmola.

Finalmente, a sua presença deve ser um testemunho (em latim, *martyrium*) inequívoco do amor de Deus pelos homens. Tal mensagem terá como veículo a pregação desempenhada e a caridade de cada gesto.

Depois de nos debruçarmos sobre o ideário franciscano, acompanhemos um exemplo eloquente da sua realização.

Para reconstituirmos os passos dos Santos Mártires dispomos de crónicas e lendas que lhes são posteriores³. Actualmente, associamos as lendas a narrativas em que o rigor do conteúdo histórico não foi a primeira preocupação do autor. Se esta definição simplista nos servisse, talvez desdenhássemos dos seus

testemunhos. No entanto, se as virmos à luz da época em que nasceram, elas readquirem valor, aproximam-nos das categorias mentais de então. Etimologicamente, lenda (do latim, *legenda*) é o que deve ser lido. Na sua trama passam vários modelos, que dão exemplos a seguir, donde ressalta a sua função pedagógica. Durante a Idade Média, facilmente detectámos uma maior sensibilidade à verdade moral, ao ensinamento que se retirava do que se ouvia (estes textos costumavam ser lidos em voz alta durante o ofício do dia da festa dos Santos), do que ao que hoje chamamos verdade histórica⁴. Assim, não é de estranhar que sofresssem sucessivas alterações, com o propósito de enriquecer o seu conteúdo espiritual, ou que se utilizassem diversos recursos estilísticos como, por exemplo, os diálogos, que explicitavam a mensagem e tomavam o texto mais vivo e, por isso, mais interativo.

Deste modo, para sermos fiéis ao sentido mais profundo dos textos e conseguirmos transmitir a sua dimensão espiritual, vamos fazer uso de alguns diálogos atribuídos aos Santos Mártires, mesmo sabendo que, mais do que o relato fidedigno de palavras proferidas, são a forma de exprimir uma determinada atitude religiosa.

Vejamos, então, o que reza a história ...

No Capítulo Geral de 1219, realizado em Assis, durante a festa do Pentecostes, S. Francisco destacou a vocação missionária como vertente fundamental da espiritualidade minorita⁵. Esta exortação, vinda de uma regni monástica, era inédita. Pode-se dizer que os franciscanos foram os pioneiros das missões estrangeiras, no seu sentido moderno, diverso da evangelização dos Bárbaros, na Alta Idade Média, por exemplo. O próprio fundador já tinha procurado ir em missão para terras de infiéis, em 1212 e 1213-1214, mas a doença impossibilitou-o de prosseguir, das duas vezes, ainda não tinha deixado a Itália⁶. Na sua terceira tentativa, em 1219, foi finalmente bem sucedido.

A missão devia ter como referência a vida dos primeiros Apóstolos, recordada, mais uma vez, no Capítulo Geral, a

¹ Lazar de Irante, *História Franciscana*, Valencia, Editorial Axis, 1979, p.XIII.

² V. Mário Martins, *Peregrinages e Léris de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Brotrá, 1957.

³ Seguimos Lazar de Irante, *História ... e São Francisco de Assis - Escritas compiladas e biografias de sua época*, Madrid, La Editorial Católica, S.A., 1949.

⁴ Seguimos Pe. Muniací da Esperança, *História Síntese da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal - Primeira Parte*, Lisboa 1686.

⁵ Régine Pernoud, *Les saints en Moyen Age*, Paris, PLON, 1984, p.254 e segs., descreve este anexo.

⁶ Mário Alice Fernandes, *Livro dos Milagres dos Mártires de Marrocos*, Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 1938, p.10.

⁷ vede Pe. de Seseville, *Numéro Général de l'Ordre de Saint François*, volume II, Paris Edition de la Revue d'Histoire Franciscaine, 1937, p. 445.

propósito da celebração do Pentecostes, em que se comemorava a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos e o seu envio a proclamarem o Evangelho. Também os frades deveriam ser enviados, se sentissem a interpelação divina e se desejassem viver o martírio por Cristo.

Foi este propósito que animou um grupo de seis frades a irem até Marrocos testemunharem a sua fé perante o *Miramolim*, o "Pai dos Crentes", (identificado com o sultão Yousef el-Mostansir), e o seu povo. Eram eles Frei Vital e Frei Beraldo, singulares pregadores, sendo o segundo conhecido de árabe, Frei Otto, sacerdote, Frei Pedro, diácono, Frei Adinto e Frei Acurso, leigos. Partiram do seu convento, na província da Toscânia, levando a bênção de S. Francisco de Assis, patriarca que sempre acompanhou com profunda alegria as vocações dos seus frades.

O seu destino era Marrocos, mas isso não os impedia de irem pregando em todas as praças públicas ou lugares particulares onde encontrassem pessoas reunidas. A sua missão não era encarada como uma simples tarefa a cumprir, mas como uma dádiva total das suas vidas pela propagação da Palavra de Deus.

Ai chegaram ao reino de Aragão, o prelado e presidente fora o padre Frei Vital, mas, por razão de uma doença que o afectou durante alguns dias, decidiram continuar a viagem, por insistência deste, sendo escolhido o padre Frei Beraldo, para o substituir.

Os cinco frades tinham optado por incluir Portugal no seu percurso, pelo que se dirigiram à cidade de Coimbra. Esta preferência dada ao nosso reino poderia levar-nos a pensar que a empresa dos Santos Mártires se englobava no espírito de cruzada da Reconquista Cristã. Todavia, parece que o que pesou mais na sua escolha foi a implantação da Ordem neste reino e a protecção que, desde logo, lhe dedicaram a rainha, D. Urraca, e a Infanta, D. Sancha. Por outro lado, como nos faz reparar Jacques Le Goff, "a Cristandade do séc. XIII parecia querer sair das suas fronteiras; começara a substituir a ideia de cruzada pela de missão; parecia abrirem-se ao mundo."¹ Se podemos dizer que a cruzada era contra os infiéis, o testemunho dos Santos Mártires leva-nos a afirmar que a missão era pelos infiéis, para os salvar em Cristo. Mais à frente exploraremos melhor a ideia agora enunciada.

Tinham deixado os cinco frades as portas de Coimbra. Naquela cidade, encontrava-se, então, a corte de D. Afonso II. A Rainha D. Urraca, sabendo da sua chegada, manifestou desejo de falar a tão piedosos homens. Impressionada com o seu despojamento e santidade, inquiriu-os acerca do fim da sua vida. Os frades, depois de muito se recusarem, acabaram por profetizar o martírio que os esperava, a seguir ao qual se daria a morte de D. Urraca.

Ali, foram até Alenquer, para visitarem a Infanta D. Sancha, irmã do Rei, princesa cuja religiosidade já era célebre entre os reinos mais próximos. Depois de a instruirem, por uns dias, na doutrina difundida pelo *Poverello*, acitaram as suas diligências para que os fizessem embarcar em Lisboa², assim como receberam algumas roupas secundares com que se disfarçariam de leigos, a fim de mais facilmente entrarem no reino mouro de Sevilha.

Com efeito, as cidades muçulmanas albergavam cristãos e judeus, mas estes - à semelhança do que acontecia com os mouros e os mesmos judeus, na Cristandade - viviam à parte da sociedade, em harras próprios, sob a tutela da *Umma* (comunidade muçulmana). Era-lhes permitida a prática do seu culto, mas exclusivamente *intra muros*, de modo a não perturarem a supremacia incontestada do culto público muçulmano. Esta segregação, mais do que em razões raciais ou morais, assentava num interdito jurídico. Para os mouros, aqueles grupos eram "legalmente impuros". Se os cristãos fossem discretos nas suas manifestações religiosas, então, podiam comerciar com os mouros ou pôr-se ao serviço do *Miramolim*, como aconteceu com algumas personagens que tomaram parte nesta história.

Vemos, pelo que fica dito, como eram grandes as limitações impostas aos que pretendiam fazer apostolado no Norte de África. Além do cuidado espiritual prestado a mercadores, mercenários ou escravos cristãos, tudo o mais estava vedado, principalmente a pregação. Os missionários que infringiam esta proibição punham em risco a própria vida³. Disto tinham plena consciência os cinco frades franciscanos, proto-mártires da Ordem Seráfica; isto os animava, por mais estranho que nos possa parecer.

Chegados a Sevilha, começavam todos os perigos, sendo conveniente resguardarem-se na casa de algum cristão e usarem de

cautela, para bem deles e dos demais cristãos da cidade. Os Santos Mártires aceitaram a hospitalidade de alguns cristãos, mas quanto à cautela, dificilmente a enquadravam no seu modo de estar.

Um dia, abandonando os disfarces secundares, foram ao encontro de um grupo de mouros, quando estes estavam a orar, e começaram a anunciar Jesus Cristo e a sua Fé. Sendo logo reconhecidos como cristãos, foram violentamente expulsos, com empurrões e bofetadas.

Por outra vez, dirigiram-se à maior mesquita, mas não os deixaram entrar e insultaram-nos com injúrias. Diz o cronista que isto os estimulou a irem ter com o próprio *Vali* (assim se chamava aos governadores árabes dos reinos de Espanha), para o converterem, esperando que, por mimetismo, a conversão se alargasse a todos os súbditos.

Acharam-se juntos os dois blocos prosélitos, numa tentativa de persuasão mútua que deixava bem claros os seus pontos de desencontro. O rei de Sevilha disse aos religiosos: "... tirei vos desta maluca e preniosa infâmia em que viveis e tornarei a fee do invictissimo Maomé e dar vos hei com que neste mundo vivais muy contentes, ricos e abastados e con todos deleytes da carne, alegrarey vosso nome entre os mortais...". Ao que lhe responderam eles: "... nam facias thesouros na terra mas no céo, onde se não gasta nem corrompe da ferrugem nem da traça ...".

Em vista das pobres vestes dos pregadores, do seu discurso inflamado e, mais do que tudo, da sua ousadia, o governante tornou-os por loucos. Irido, ordenou que os esbofeteassem, apontassem e os levassem ao talho, onde lhes cortariam a cabeça. A conselho de seu filho, o *Vali* adiou a crenção e esperou pelo veredicto dos homens de Direito, para não causar escândalo entre os príncipes cristãos.

Os frades aguardaram a sua sorte encarcerados no cimo de uma torre. Depressa foram mandados para a parte mais baixa, pois pregavam incessantemente, em altas vozes, interpelando toda a vizinhança.

Nas masmorras, viveram ora em jejum e oração, ora pregando aos outros presos.

Reenviados ao rei, este acabou por os embarcar, com outros cristãos, para Marrocos, ao cuidado de um fidalgo desavindo com o rei de Castela, D. Pedro Fernandez de Castro.

Quando chegaram a Marrocos, foram

¹ V. Madalil, *Tratado...*, p. 8.

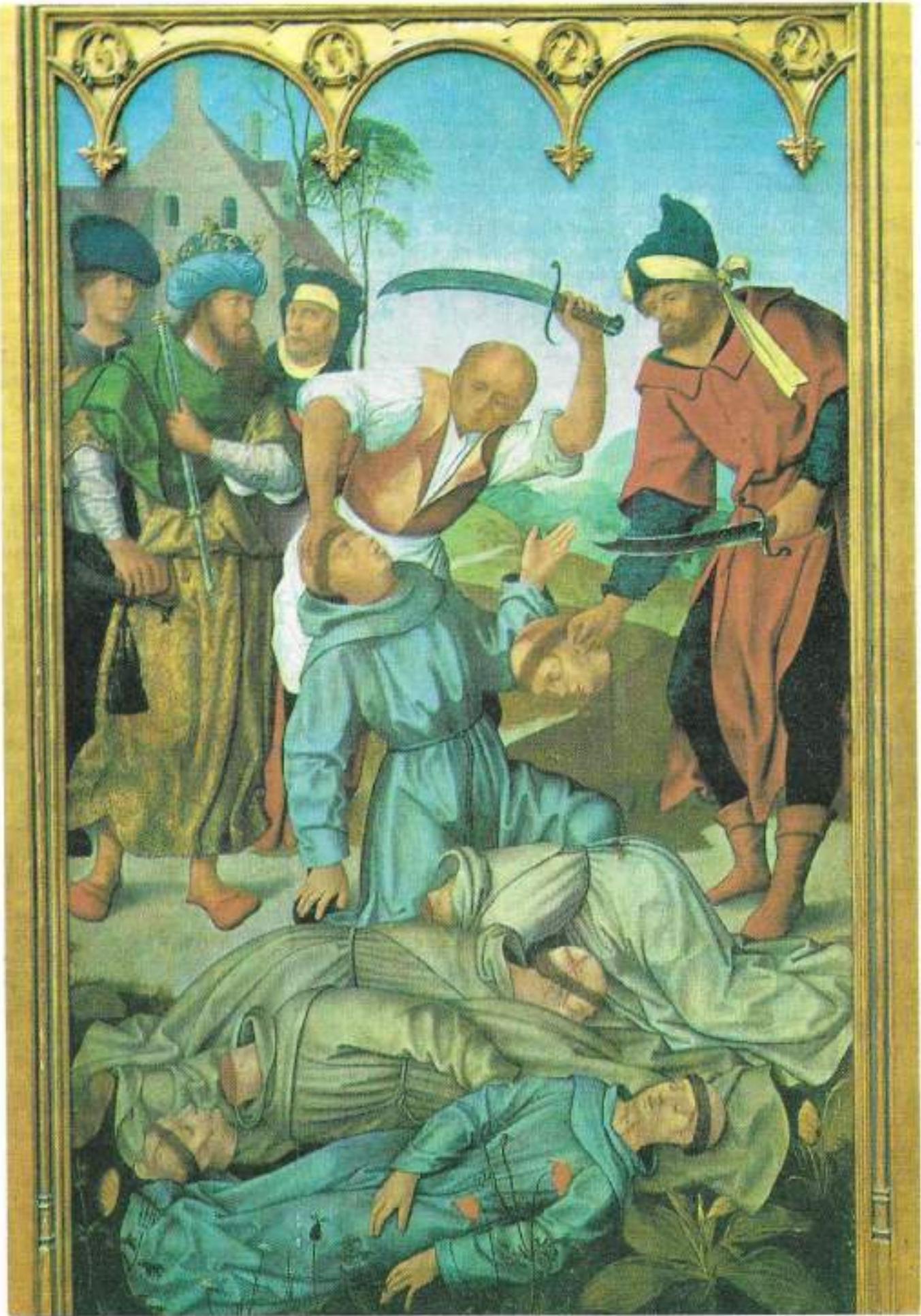
² Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 190.

³ Aqui aderem mais verossímil a versão de Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica...* cf. Madalil, *Tratado...*, p. 16, em que se diz que os frades foram de Sevilha, passando o Alentejo.

⁴ V. Joseph Coss, *L'Église d'Afrique du Nord de fin au XIIe siècle*, Paris, le Cerf, 1984, p. 105.

⁵ V. Hubert Jedin, *Manual de História da Igreja*,卷 IV, Barcelona, Editorial Herder, 1973, p. 629.

⁶ Madalil, *Tratado...*, p. 21-22.



OS MÁRTIRES DE MARROCOS
Morte dos Rebdos de S. Francisco de Évora (ofício de Francisco Henriquez)
Escola Luso-Flemenga. 1º terço do séc. XVI

recebidos pelo Infante D. Pedro, que se tinha incompatibilizado com o irmão, D. Afonso II, e se encontrava ao serviço do *Miramolim*. Conhecedor do desejo de martírio que abrasava os cinco franciscanos, o Infante tentou dissuadi-los, demonstrando-lhes como era escusado pregar àquele povo. Não querendo atormentar o seu anfitrião, aproveitaram uma ocasião em que D. Pedro não se encontrava em casa e partiram, com o firme propósito de converter o *Miramolim*. No caminho, Frei Beraldo começou a pregar bem alto, para que todos o escutassem, mas o seu auditório desdenhou, mais uma vez, das suas palavras. D. Pedro, ao ter conhecimento do sucedido, com medo da reacção do *Miramolim*, enviou os cinco frades para Ceuta, donde seguiriam para terra de cristãos, mas aqueles fugiram do guia, durante a noite, e, chegados de novo a Marrocos, pregaram na praça onde encontraram mais meus, exortando-os à conversão a Jesus Cristo, para salvação das suas almas. Por esta audácia, foram despidos e açoitados por duas vezes, a segunda por ordem do Príncipe Abozaide, que os mandou entregar a um renegado, até que fossem à presença do *Miramolim*.

No que se refere aos últimos momentos dos Santos Mártires de Marrocos, sigamos as palavras de Frei Manuel da Esperança: "Forão tirados do carcere, despidos, com cordas a o pescoco, as mãos atadas atráz, & deste modo os tornarão a açoitar publicamente e tanta indignação, que rasgandoles a carne aparecerão os ossos, os quaes depois lhes faturão, multiplicando tormentos, não com óleo brando, mas com o azeite fervente, & com vinagre salgado. Apoz disto, foram logo arrastados sobre pedaços de video, & sobre telhas quebradas até que como mortos os tornarão a o carcere, sem nunca os Santos Martyres acabarem de louvar em altas vozes a Deos, que lhes fazia merce de os deixar padecer pelo seu santo amor."¹⁴

Numa última tentativa de os fazer abjurar a sua fé, o próprio *Miramolim* lhes propôs novas honrarias, riquezas e umas formosas donzelas da sua corte. A tudo isto renunciaram, dizendo-lhe: "Não sabes, Imperador, que tudo isso desprezamos por amor de Jesu crucificado? Elle he, o que nos ha de honrar com coroas em o ceo, nas quaes se queres ter parte, não te encarnices tanto com os deleites da terra, nem sigas hum filho de perdição, falso, etc., torpe

Profeta, que a tantos tem lançado a perder. E se ainda assim não te parecemos bem, em teu poder tens os corpos, nos quaes te podes vingar."¹⁵ Enraivecido com a resposta, o *Miramolim* os decapitou, realizando o que os cinco Mártires tinham profetizado e esperado com tanto fervor.

Alguém disse que, para compreender um santo, era necessário ser santo ...

De facto, estas últimas linhas são, de certa forma, desconcertantes. É com alguma perplexidade que encaramos a postura a um tempo heróica e abnegada destes homens. Todavia, sem querer diminuir a sua singularidade, ousemos compreendê-los um pouco melhor.

Começemos por tentar aprofundar a dimensão do martírio.

Alguns autores pretendem interpretar o mártir como uma simples transposição, da cultura helénica, para o Cristianismo, da figura do herói grego, fiel aos seus ideais, até à morte, e que encara o mundo como uma prisão que tenta afastá-lo das coisas essenciais. Na verdade, há algo de platónico no *concupiscentia mundi* medieval, mas este desprezo pelas coisas terrenas tem também as suas peculiaridades, que vêm de outras fontes. Como nota perspicazmente Mário Martins: "a chamada miopia da Idade Média perante o temporal e a sub-avaliação deste implicam um desvio nem sempre prejudicial da atenção de olhos postos na eternidade ... Contudo, este desvio da atenção não constitui fim em si mesmo, mas sim meio. Trata-se duma atitude anímica e dum processo psicológico que obriga o coração do homem a nunca descansar na beleza das coisas limitadas e a procurar o que não finita".¹⁶ No caso dos mártires, o que mais nos toca é a fé e a alegria com que encaram a própria morte, certos de que se aproximam da vida eterna. Significativamente, comemoramos os Santos Mártires de Marrocos no dia do seu martírio (16 de Janeiro de 1220), e não no dia do seu nascimento, como era costume entre os pagãos.¹⁷

O mártir encontra as suas raízes nas tradições judaica e cristã. À semelhança dos Profetas e de Jesus Cristo, ele é o que confessa e dá testemunho da Verdade, realizando-a e actualizando-a, para exemplo e salvação dos seus contemporâneos.

Os seus destinatários podem encasá-lo de duas formas: com admiração, pelo que se convertem, ou com repulsa, vendo-o como um obstinado, o que leva, muitas vezes, a

atitudes de extrema intolerância. No segundo caso, o mártir, como discípulo perfeito do Crucificado, oferece a sua vida em sacrifício, por Deus e pelos homens, num despojamento total. Por aqui se vê como estamos longe do ideário de cruzada, que alguns insinuaram, numa tentativa de contextualização da escolha de Marrocos para o itinerário dos Santos Mártires. Na verdade, também o mártir se sente impelido ao combate, mas desta feita de dimensão espiritual. Trata-se de encetar um duelo contra o demónio, que se encarregará de o desviar dos seus gloriosos propósitos. Jesus Cristo, que venceu o pecado e a morte, é o Único Caminho¹⁸ capaz de levar à vitória face às forças adversas que se lhe deparam e, por isso, o mártir deve seguirlo de forma radical.

Na legenda dos cinco frades está também atestada, miraculosamente, a marca da insubmissão ao mal, quando se diz que os seus corpos não se deixaram corromper pelo fogo (elemento tradicionalmente associado ao demónio, pelo que o *Miramolim* os deixou ao abandono nos campos¹⁹). Esta vitória traz um acréscimo de paz a toda a comunidade cristã, não se individualizando na pessoa do mártir, uma vez que redundaria numa perda de poder de Satanás. As suas relíquias, sinais da sua incorruptibilidade, devem ser sepultadas e visitadas, para que intercedam, então, por toda a Igreja.

Chegamos, assim, ao culto prestado às relíquias de S. Beraldo e de seus companheiros. Vejamos, muito sucintamente, alguns traços que o caracterizam, depois de descrevermos a sua origem.

Segundo as crónicas franciscanas, os corpos foram devotamente recolhidos pelo Infante D. Pedro, que os enviou a Coimbra, dentro de dois cofres que tinha providenciado para o efeito, por intermédio de um cônego do mosteiro de Santa Cruz, que ao tempo era capelão do Infante, em Marrocos. Tendo entrado na cidade, o cortejo, que tencionava depôr as veneráveis relíquias na Sé, viu-se guiado até ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, local onde a burra, que transportava os cofres, se ajoelhou, como que a indicar o sítio certo para repouso dos santos corpos.

Assim se deu início a uma devoção popular, ainda antes de se tomar oficial²⁰, por altura da canonização dos cinco frades, através da bula do Papa Sisto IV, *Cum alias*, de 7 de Agosto de 1481.

¹⁴ Frei Manuel da Esperança, *História Sacra* ... , II, 291 e segs.

¹⁵ Mário Martins, *Juramentação à virtude do tempo e do morto* , vol. I, Braga, Livraria Cruz, 1969, p. 11 e 17.

¹⁶ Willy Rordorf, "Mortre" in *Dictionnaire de Spiritualité*, tom X, Paris, Beauchene, 1980, coluna 723.

¹⁷ Cf. Jo 14,6 : "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida.

¹⁸ Frei Manuel da Esperança, *História Sacra* ... , p. 293.

¹⁹ Madrid, Testudo ... , p. 81.

Santa Cruz de Coimbra passou a ser local de romarias e procissões, animadas por muitos crentes que se confiavam à proteção dos Santos Mártires, suplicando-lhes auxílio face à doença e à infertilidade dos campos. Esta associação do poder das relíquias ao domínio da fertilidade prende-se com um episódio que nos conta que, depois do martírio dos cinco frades, se seguiram cinco anos de seca e fomes, nas terras do *Miramolim*. Interpretando o desastre como castigo de Deus, o "Pai dos Crentes" ordenou que ali se erguisse um mosteiro da Ordem de S. Francisco, e logo a chuva saciou as culturas²⁰.

De entre as várias procissões que lhes dedicavam, a que chama mais a nossa atenção é a que dá pelo nome de Procissão dos Nus. Esta teve origem numa promessa feita por Vasco Martins "*No anno de Christo de mil quatrocentos . xxiiij annos*", quando grassava a peste, "o qual tendo cinco filhos cõ muita deuaçā se encomendou aos Sanctos Martyres pedindolhe que os liurasse de tamanco mal e que elle os madaria cada dia pollo seu dia em romaria nuas a este mosteyro visitar suas reliquias em quanto estivessem em seu poder. Fez este voto com tanta deuaçā e fez que dando a peste em todos seus vizinhos parede meos em sua casa na tocav em elle e os filhos compririam seu voto em quanto visseram ... e nā soamente estes seus filhos mas quantos delles decenderam de hij por diante sempre compririam aquelle primeiro voto", indonus, da cintura para cima e dos joelhos para baixo, numa altitude de penitência e humildade²¹, até ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se prestava um culto solene às relíquias e se ia guardando a memória dos milagres por elas conseguidos. Os primórdios desta procissão, assim como a concentração dos milagres na centúria de quatrocentos²², deve-se ao incremento dado ao culto pelo mosteiro cruzio, empenhado em favorecer a canonização dos cinco franciscanos, de forma a melhor rivalizarem com um outro culto que vinha a crescer, desde o séc. XIV, na mesma cidade - o culto à Rainha Santa, promovido pelo Mosteiro de Santa Clara. Curiosamente, os seus desejos foram atendidos pela Santa Sé, mas por razões muito menos estreitas. É que, no séc. XV, começara a expansão portuguesa, nos seus primeiros passos herdeira da Reconquista Cristã e, por isso, de vocação marcadamente marroquina, pelo que era muito oportuno o relançamento das missões africanas e dos seus modelos mais paradigmáticos²³.

Como acabámos de ver, o culto dos Santos Mártires de Marrocos teve uma

grande implantação no nosso país, principalmente em Coimbra, donde atraía as zonas rurais que a circundavam. Todavia, não se limitou a esta região. De facto, a fama do seu martírio depressa se espalhou, impressionando toda a Cristandade. O patriarca dos franciscanos, ao receber a notícia, exclamou: "Agora posso, com verdade, dizer que tenho cinco frades menores!"²⁴. Desta expressão ressalta o carácter exemplar daqueles que secundaram

S. Francisco na lista dos santos da Ordem Seráfica. A espiritualidade do *Poverello*, aliada ao testemunho de S. Bernaldo e dos seus companheiros, será a força do espírito missionário franciscano. De entre as várias vocações por eles suscitadas, destacamos a de Santo António, de quem celebramos o VIII Centenário.

Na verdade, quando as relíquias dos Mártires chegaram ao mosteiro coimbricense dos Cónegos Regrantes, ali se encontrava o cônego António.



*Retábulo de Senhor
"Mártires de Marrocos" na Igreja de Jesus-Senhor*

*"E cantou hymnos, & cantos:
E ainda solennizou
Os cinco Martyres Santos.*

*E mereceu receber
Espírito Santo, & forte,
Pera pela fé morrer
E por Christo padecer
Cruel, & affrontosa morte.*

*E porque tudo imitasse
Aos Martyres vencedores,
E santo fim esperarisse,
Vio que era bem que tornasse:
o habito dos menores*

*E hir à mão das carnyceiros,
Que a fé Saria não adoram,
Como os cinco companheiros,
Que de São Francisco foram
Discípulos verdadeiros."²²*

Estas rimas, escritas por Francisco Lopes, um devoto dos Santos Mártires, que assim pretendeu homenageá-los, apesar de toda a sua simplicidade, reflectem muito bem a adopção da espiritualidade menorita por parte de Santo António. Sabemos que, tentando empreender uma viagem até

Morrocós, para repetir os passos daqueles, não foi bem sucedido, sendo obrigado a regressar ao seu reino. De qualquer maneira, o seu impeto missionário não se perdeu, antes foi orientado noutro sentido, dando forma aos seus sermões, verdadeiros modelos de pregação.

O pendor intelectual do perfil de Santo António parece afastar-se um pouco dos tópicos franciscanos preconizados por S. Francisco, que desdenhava de um certo eruditismo estéril, sem poesia²³. Ainda assim, não era a cultura em si que merecia o seu desprezo. Efectivamente, um traço estruturante de toda a família franciscana - a devoção à Paixão de Cristo - foi, de maneira muito especial, interiorizada por aquele Doutor da Igreja, ao que não deve ter estado alheio o impacto causado pelas relíquias dos cinco frades menores. Na realidade, na crucificação de Jesus Cristo, apresenta-se o fundamento para o martírio, sendo o próprio Crucificado o primeiro mártir da Nova Aliança.

A perspectiva cristiológica do pensamento antoniano é eloquentemente exposta nestas frases: "Sumumus corpus Jesus! ... Mas, af de nunc! Outra vez o corpo todo, o corpo místico de Cristo, isto é, a Igreja, é crucificado e morto: nele, uns são a

cabeça, outros são as mãos, outros são o corpo em geral! A cabeça são os contemplativos, as mãos são os activos, os pés são os pregadores santos e o corpo todo são os verdadeiros cristãos"²⁴. Por aqui, fica bem claro que os verdadeiros cristãos são mártires em potência.

Muito mais haveria a analisar acerca da influência dos Cinco Mártires de Marrocos, assim como seria interessante aprofundar a sua especificidade na história da santidade medieval, a fim de evitar que, como temia Recha Madahil²⁵, ela seja apenas lembrada como "curiosidade dos Museus". Acreditamos que as comemorações antonianas possam estimular novos estudos dentro desta temática.

(Dr.) Silvano Remígio Pires

Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na mesma Faculdade.

Colaborador do SHIP em várias actividades, nomeadamente as conferências sobre o 6.^º centenário do nascimento do Infante D. Henrique e sobre o 8.^º centenário do nascimento de Santo António.

²² Madahil, *Tratado* ..., p. 63-64.

²³ vide Madahil, *Tratado* ..., p. 66 e 92. Note-se que tal piedade nem sempre foi sincera, pois, conforme lê em *O Comunicador* de 15 de Janeiro de 1867, "os núbicos são, vulgarmente chamados vilões, que só aparecem para se apresentarem mortinhos, e seus corpos peregrinos de cabelos, pratinhos de olhos, desentocados, desarranjados, desentocadas vozes, festejando cada um deles qual será o primeiro que chegue a ver final aquela leção, para se ir utilizar de uma insignificante porção de rosas e violetas, que por ordem daquele mosteiro se lhe ministra por prémio dos seus desacatos e irreverências."

²⁴ "On villages que foram compilados datam de 1410 e 1530.

²⁵ cf. Luis Krus, "Celeiro e relíquias: o culto quattrocentista dos Mártires de Marrocos e a devoção dos nus" in *Studium Generale*, Porto, n.º 6, 1984, p. 38-39. Esse artigo constitui a análise mais completa deste culto, no que da respectiva sua contextualização política, social, económica e religiosa.

²⁶ Cited by Maria Alice Fernandes, *Tratado dos Milagres* ..., p. 11.

²⁷ Francisco Lopes, *Segunda Parte de Santo Antônio, verdadeira historia dos cinco Mártires de Marrocos*, Lisboa, Oficina de Filipe de Sousa Villela, 1701, cap. XIII, est. 1696-1699, (I, 332-333).

²⁸ V. Mário Martins, "O ciclo franciscano na nossa espiritualidade medieval", Coimbra, sep. da Ribeira, vol. XXVII, 1951, p. 23.

²⁹ V. Mário Martins, "O ciclo franciscano" ..., p. 23-36.

³⁰ Madahil, *Tratado* ..., p. 115.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, S. Francisco de, *San Francisco de Asís - Escritos completos y biografías de su época*, Madrid, La Editorial Católica, S.A., 1949.

CUOQ, Joseph, *L'Eglise d'Afrique du Nord du IIe au XIIe siècle*, Paris, Le Centurion, 1984.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da, *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal - Primeira Parte*, Lisboa, 1656.

FERNANDES, Maria Alice, *Livro dos Milagres dos Mártires de Marrocos*, Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 1988.

GOFF, Jacques Le, *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

JEDIN, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia*, tomo IV, Barcelona, Editorial Herder, 1973.

KRUS, Luís, "Celeiro e relíquias: o culto quattrocentista dos Mártires de Marrocos e a devoção dos nus" in *Studium Generale*, Porto, n.º 6, 1984, p. 21-42.

LAZARO IRIARTE, O.F.R. Cap., *História Franciscana*, Valencia, Editorial Asís, 1979.

LOPES, Francisco, *Segunda Parte de Santo Antônio, verdadeira historia dos cinco Mártires de Marrocos*, Lisboa, Oficina de Filipe Villela, 1701.

MADAHIL, A. G. da Recha, *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

MARTINS, Mário, "O ciclo

franciscano na nossa espiritualidade medieval", Coimbra, sep. da Ribeira, vol. XVII, 1951.

Idem, Introdução à vivência do tempo e da morte, vol. I, Braga Livraria Cruz, 1969.

Idem, Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média, Lisboa, Broteria, 1957.

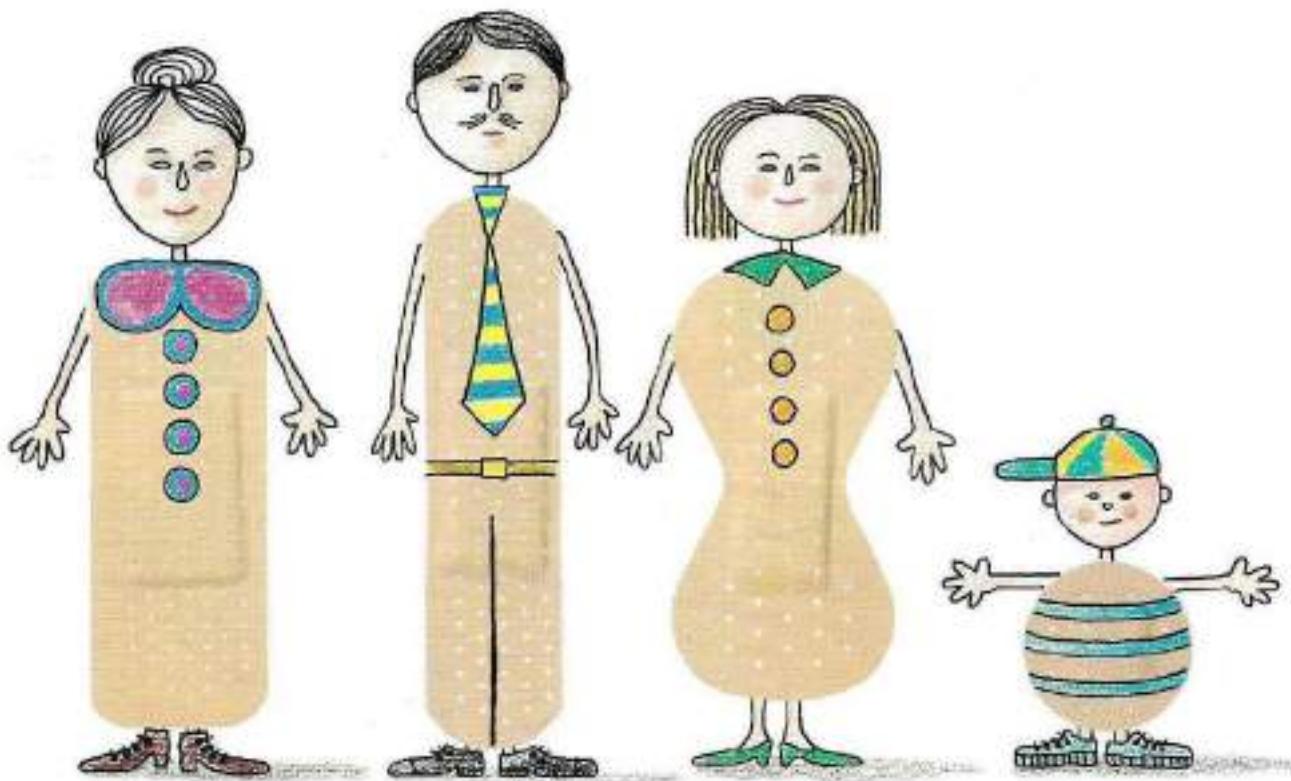
PERNOUD, Régine, *Les Saints au Moyen Age*, Paris, PLON, 1984.

RORDOF, Willy e SOLIGNAC, Aimé, "Martyre" in *Dictionnaire de Spiritualité*, tomo X, Paris, Beauchesne, 1980.

SESSEVALLE, Fr. de, *Histoire Générale de L'Ordre de Saint François*, tomo II, Paris, Editions de la Revue d'Histoire Franciscaine, 1937.

O Seguro de Saúde Hospital CUF trata da família inteira.

Sem o deixar doente a si.



O Seguro de Saúde Hospital CUF assegura o tratamento de todos os membros da sua família, incluindo pais e sogros, num dos melhores hospitais particulares do país. Este inovador seguro garante a assistência hospitalar, que em caso de internamento é grátis, custando a ambulatória apenas 20%, que você pagará directamente ao hospital. O seguro oferece ainda a estadia ao acompanhante em caso de internamento e um check-up anual grátis para as pessoas com mais de 55 anos. Com o Seguro de Saúde Hospital CUF, você trata de toda a família, sem deixar a sua carteira doente.



IMPÉRIO

EM TODO O LADO, A TODA A HORA.

IMPRESSÕES SOBRE UM LIVRO "TERRA DE NINGUÉM"

AUTORA - ESTHER DE LEMOS

A leitura do livro "Terra de Ninguém", de Esther de Lemos, leva-nos a uma reflexão que nos faz mergulhar no mundo complexo das reacções do homem, quando se enfrenta com situações que lhe fazem vibrar as cordas do seu intimismo psico-social.

Autora de uma vasta obra literária que se estende pelo romance, estudos e ensaios, e literatura infantil e juvenil, Esther de Lemos usa uma linguagem acessível, correcta, maleável na descrição de estados de alma e ajustada às emoções estéticas sugeridas pela magnanimidade do Criador.

Este livro - Terra de Ninguém - faz-nos despertar para o drama vivido pelos que, sentindo o apelo da terra, se confrontam com a realidade do seu abandono, com a incapacidade de motivarem as gerações vindouras na sua fixação às eiras que, desde recuados tempos, foram sendo regadas com o suor daqueles que sobre elas se debruçaram durante toda a sua vida. A esse drama junta-se à nostalgia de um futuro vazio de esperança, e só o passado persiste e resiste hereticamente.

Entre os que começaram no tempo e viraram as costas ao presente esvaziado de interesses palpáveis ficam os que -

quais heróis pícaros de uma saga milenar - se agarram à terra-mãe, ao humus que lhes deu vida e lhes exigiu uma entrega total feita de generosidade e sacrifício. E, mesmo que desiludidos e sofridos pelo esquecimento a que familiares os votaram, e a saudade por perto, fica o apego ao seu ambiente da serra, ao seu casal, ao seu isolamento. A sua vida está identificada com a rusticidade que os envolve e não os deixa viver sem o cheiro agri-doce das giestas em flor, das estevas pontilhando de branco o mato bravio ou as urzes humildes crescendo junto ao chão atapetado de roxo e amarelo.

No Inverno, mau grado o frio enregelador e a neve cobrindo o dorso majestoso da serra, nada é mais saudável do que sentir a face fustigada pelo vento que arrasta consigo uivos estranhos de uma natureza em permanente ressurgimento.

Em Terra de Ninguém, estão patenteados sentimentos profundos de um povo que tem conquistado a pulso o seu lugar no contexto sócio-económico do nosso país.

Dai que, pela posse de um veio de água indispensável à produção da terra, se possa recorrer ao aniquilamento físico ou económico do vizinho, num crescendo de

ódio acumulado que destrói sonhos de jovens despertos para um amor inconcretizável.

A sensibilidade da autora leva-nos a um mundo feito de diversidade. A vida processa-se entre a decadência e a ação; entre a saudade e a esperança.

A sua linguagem arrasta-nos para a realidade tebrica que tem sido fonte de inspiração para outros autores (Torga é um entre outros), realidade indissociável do povo que desde remotas idades se identificou com o trabalho, com a luta pelo pão de cada dia e pelo apego ao que o fez tornar-se pessoa.

É um livro de leitura muito agradável cujo estilo elegante e delicado se conduna com a linguagem severa e rústica que, por vezes, tem de ser usada - quando o realismo das situações assim o impõe - alternando com outra, rica de expressões repassadas de sentimentos de saudade e de afectividade.

Neémia Leitão

"TERRA DE NINGUÉM", distribuído por L.M.E. - Mercês" - Contos - Esther de Lemos - Março 1994



A IMAGEM ABSOLUTA

POR MIGUEL REALE

Quando situo, fundamentalmente, a arte na esfera da sensibilidade, não ignoro que ela implica sempre outros momentos da actividade, espiritual, pois, dada a unidade essencial do espírito-subjutivo, é compreensível que o sensível não só condicione a elaboração de conceitos e de idéias, mas também os envolva de uma veste imagética, o que explica que nas formas artísticas o conceptual se integre no sensível. Daí a minha afirmação no prefácio de *O soneto da verdade*, de que "a idéia tem um halo de poesia". Talvez fora melhor dizer "aura de poesia", inspirando-me em Walter Benjamin. A inteligência e a razão não são, pois, alheias ao processo de criação e construção artística, mas dele participam, sem, no entanto, dissolver nela os dados sensíveis, superando-os. Poder-se-ia dizer, em virtude da unidade estrutural do espírito, que, no processo cognoscitivo, as imagens podem verticalizar-se em conceitos, assim como os conceitos podem se sublimar em imagens. Quando Leonardo da Vinci adverte que a pintura é "*casa mental*", ele não está concebendo intelectualisticamente a arte, mas pondo em relevo a participação da mente na obra artística. Cabe, no entanto, ponderar que essa participação não tem caráter substitutivo, marcando, ao contrário, o momento em que o sensível e o mental se fundem no que eu denomino "*imagem absoluta*", condicionante de plena unidade entre conteúdo e forma na obra de arte.

Quando me refiro à *imagem absoluta*, apresentando-se como conceito-chave da actividade estética, não estou reduzindo esta, evidentemente, ao mundo dos sentidos, não só porque jamais perco de vista a unidade concreta da vida espiritual, como também por entender que a imagem absoluta é assim designada por desprender-se da "dualidade sensível originária", de *per si* flutuante e incerta, para adquirir as notas de *duração* e de *objetividade* que lhe advêm da inserção de elementos intelectivos no processo imagético. O que contesto, em suma, é que, no plano estético, se proceda a partir do dado imagético para o discursivo, vendendo-se na frase e signe superior da imagem, de antemão considerada como insusceptível de enriquecer-se, graças à contribuição do intelecto, sem perder a sua autónoma configuração sensível. Penso, em suma, que, indo além das formas *a priori* do espaço e do tempo, o binário kantiano da sensibilidade, é mister reconhecer que esta pressupõe outra condição transcendental, que poderíamos denominar "estesia", entendida como poder de formar imagens e de instaurar signos.

É claro que no decurso do processo imagético há graus de crescente concreção, desde a *imagem originária*, jungida à

corpórea impressão sensível, ao *fantasma*, que já se põe como algo de elaborado, podendo talvez ser vista como a imagem já transfigurada pelo superamento da mera relação mimética. Aliás, nem mesmo esta se reduz a simples cópia passiva e isomórfica do real, pois alberga algo de constitutivo que a subjetividade adiciona aos dados rústicos da natureza. O "cultural" já está, em suma, presente, desde o acto primordial da percepção, sendo impossível romper-se a relação "dado-conceito" em qualquer forma de conhecimento, por mais rudimentar que seja.

Ora, quando a actividade espiritual se desenvolve no sentido de captar a recôndita harmonia da natureza, não para expressá-la segundo conceitos ou leis, mas para compreendê-la segundo formas e ritmos nela intuídos, o ponto culminante atingido pelo artista é, penso eu, o da *imagem absoluta*, em cuja elaboração o intelecto contribui, sem desvinculá-la, no entanto, de suas raízes na sensibilidade, cujo horizonte próprio é traçado pela *imaginação criadora* ou fantasia.

Não obstante, todavia, a coparticipação de todas as energias espirituais na elaboração de uma obra artística, parece-me necessário reconhecer que o mundo imagético, ou da expressividade sensível (da sensibilidade em sua acepção transcendental, e não em sentido empírico-psicológico) é o mundo por exceléncia da arte, apesar de influído pela totalidade da vida espiritual, assim como os valores teóricos e práticos também refluem sobre os domínios do sensível, na *Gestalt* do todo da consciência.

Em palavras mais simples, e numa simplificação que corre o risco de perder de vista outros elementos relevantes, podemos dizer que, enquanto na actividade cognoscitiva ou ética, as impressões significativas se ordenam segundo esquemas categoriais de *conceitos* ou de *idéias*, graças ao poder abstrativo do espírito, na actividade estética, ao contrário, aquelas expressões, de maneira geral, não transcendem o plano da sensibilidade e, graças à *imaginação e a fantasia criadoras*, realizam um acto de *transfiguração* que dá origem a formas expressivas da *imagem absoluta*. Imagem absoluta é uma imagem que, ainda quando expressão de uma relação mimética de dado aspecto da realidade natural ou vital, desta se desvincula para *valer em si e por si*, emancipando-se até mesmo do seu criador, cuja intencionatividade originária pode ultrapassar. É ela o conteúdo das manifestações artísticas como a pintura, a música, a escultura, a poesia, ou a literatura em geral. A experiência artística manifesta-se como sons, linhas, cores, palavras ou

ritmos, e com tais elementos ela se identifica, a tal ponto, por exemplo, que se não pode distinguir a beleza de um poema das palavras que a expressam, nem se pode separar o valor de beleza de uma estátua da forma criada pelo escultor, cuja identidade pessoal pode ser desconhecida. A *imagem absoluta* objetivada e expressa numa forma artística, que com ela se confunde, tal a identidade entre conteúdo e forma, é a fonte da beleza. O belo, em suma, é a manifestação da *imagem absoluta* enquanto expressão inédita e imprevisível da harmonia do cosmos.

A *imagem absoluta* é um todo unitário de significação objectiva ou objectivada (tomada objectiva) que assinala o momento culminante de projeção das condições transcendentais da sensibilidade, segundo determinada perspectiva do Ser. Na obra de arte dá-se, por assim dizer, a captação dos entes, na imediatidade do Ser, enquanto se presenta e é captado pelas vias imprevisíveis da sensibilidade. Quando se enaltece a função fundante da poesia, o que se tem presente, implicitamente, é essa relação de imediatidade do acto estético com o Ser, conferindo-lhe um primordial significado imagético, o que explica que a ficção imaginária, desde uma simples figura primitiva até a mais complexa estrutura de um mito, possa ser tanto uma expressão de arte como o prenúncio ou o vestíbulo de uma verdade científica.

A *imagem absoluta*, como actualização plena das possibilidades inerentes às condições transcendentais da sensibilidade — o que, repito, não exclui que ela surja imantada a valores intelectivos e éticos (religiosos inclusive) na unidade circular e integrada do espírito — apresenta alguns característicos, a começar pela sua *objectividade*. Esta deve ser entendida, ao mesmo tempo, como *intersubjectividade* (enquanto pressupõe sempre uma relação de homem para homem) e *transsubjectividade*, na medida em que não fica vinculada a um ou mais seres humanos, mas se põe como *expressão objectiva* dotada de validade própria.

Não se pode, todavia, falar em *intemporalidade*, como nos é licito dizer das verdades lógicas ou matemáticas, que são *objectos ideais*, cuja validade independe da referibilidade a qualquer ser que os pense. A *imagem artística*, ao contrário, como *objectividade significativa ou axiológica*, não tem a validade impessoal ou neutra de um teorema, mas vale enquanto constatação de intencionalidades que se libertam da consciência de seu criador, para passarem a pertencer a todos os homens capazes de captar-lhes a significação.

PORUTGAL NO MUNDO

Ensinar Português no outro lado do Mundo

D.^a PAULA CRISTINA SANTOS

Dr.^a Paula Cristina Santos é nossa associada e é, desde há um mês, professora de português em Oita, no Japão, sendo simultaneamente investigadora do arquivo de Usuki.

Nas linhas que se seguem poderão ler as primeiras impressões sobre a sua estada na cidade que foi a sede oficial do bispado do Japão no século XVI e que foi uma das localidades onde o relacionamento luso-japonês foi mais intenso. Nesta descrição reencontramos também o espírito aventureiro que levou os nossos antepassados a dar novos mundos ao mundo.

de mim, pisava pela primeira vez terras do Império do Sol Nascente, algo impensável há dois meses atrás, estava tão longe de casa, do outro lado do mundo. A partir daquele momento, a certeza que me acompanharia toda a viagem, tornava-se realidade: naquele instante a minha vida mudava completamente por dois novos, diferentes e misteriosos anos.

Durante a viagem até ao centro de Tóquio, enquanto bombardeava com perguntas o Adido Cultural da Embaixada Portuguesa no Japão, arquiteto Kol de Carvalho, que me tinha ido esperar, a

era verdade!! Aliás, eu estava a viajar num deles. Lá em baixo a Cidade parecia ter outro tom, outra luz, outro odor.

No meio do trânsito infernal tive oportunidade de ver aquilo que se pode ver em qualquer cidade cosmopolita: os vários tipos de pessoas, de roupas, penteados, cores, cheiros, hábitos...

Começava a preocupar-me com as placas e cartazes que via escritos em japonês e que eu não conseguia decodificar, mas logo de seguida o problema era resolvido porque em caracteres mais miúdos apareciam os títulos em letra romana



Monumento comemorativo da introdução do matrício chinês no Japão, Oita.

28 de Março de 1995 - Desembarque no Aeroporto de Narita, Tóquio.

O dia estava acinzentado e caía uma chuva miudinha que me deixava cada vez mais ansiosa e angustiada. Afinal era a primeira vez que eu viajava para tão longe. O cansaço da viagem, a excitação e um certo receio pelo desconhecido deixavam-me com o estômago completamente embrulhado.

Ao desembarcar, a emoção tomou conta

excitação e o medo aumentavam proporcionalmente.

Tóquio pareceu-me ao mesmo tempo uma cidade grandiosa e impessoal o que me levou a pensar que não gostaria de ali morar. Lá estavam os majestosos edifícios de que sempre ouvira falar e pude constatar aquilo que na televisão me pareceu sempre tão absurdo, os múltiplos viadutos aéreos que se entrecruzam e passam rente aos 5., 6. e 7.os andares dos prédios. Afinal

traduzidos para inglês. O pânico, porém, apossou-se de mim quando o Arquiteto Eduardo Kol de Carvalho me disse que em Oita, a cidade onde iria viver, raramente encontraria algo escrito em romântico.

Fiquei dois dias em Tóquio onde fui extremamente bem acolhida na Embaixada de Portugal, a quem devo grandes agradecimentos pela atenção e cuidados prestados e pelo excelente trabalho e eficiência com que foi organizada a minha



Bloco de Nanban (português) - MNAA - Lisboa

vinda. Ao fim dos dois dias a primeira impressão que tive da cidade foi-se dissipando; afinal Tóquio poderia ser uma cidade bem interessante, mas infelizmente não tive muito mais tempo para constatar isto, pois na Quinta-Feira dia 30 tinha passagem marcada rumo à minha nova morada, Oita. Espero poder descobrir, brevemente, os pontos interessantes da capital nipônica.

Quinta-Feira dia 30, pela manhã partia para Oita. Acompanhava-me o Professor Hino, que durante três dias foi (é ainda hoje é) uma preciosa e inesquecível ajuda, sem a qual os meus primeiros contactos teriam sido certamente, bem mais difíceis.

Oita fica situada na Costa Leste da ilha de Kyushu, uma das ilhas maiores do Arquipélago Japonês. É a cidade principal da Prefeitura que tem o mesmo nome, o número de habitantes ronda os 400 000, é considerada uma cidade de pequenas dimensões aqui no Japão, mas é uma das

maiores de Kyushu. Não é uma cidade bonita mas também não se pode considerar feia, posso dizer que é uma cidade agradável para viver. É constituída por altos e grandiosos edifícios e ao mesmo tempo por pequenas casas, podendo mesmo encontrar-se algumas hortas no meio da cidade. É por isso, uma cidade de contrastes, encontrando-se casas térreas com telhados e jardins lindíssimos, tipicamente japoneses, assim como blocos de apartamentos e outras moradias de moderna construção. Podemos, pois encontrar um pouco de tudo.

A primeira impressão que tive acerca de Oita foi a de que era uma cidade acinzentada, até que me apercebi que quase todas as cidades do Japão têm o mesmo tom, não é porque haja mais ou menos sol, sejam mais ou menos bonitas, é porque as casas todas têm telhados escuros, ao contrário das nossas povoações de telhados vermelhos que brilham ao sol. Só agora comprehendo a admiração expressa pelos

dois jovens japoneses que estiveram em Portugal no verão passado, recebidos pela Sociedade Histórica, e que tive o prazer de acompanhá-los, quando eu lhes perguntei a sua opinião da vista aérea de Lisboa antes do avião aterrissar e eles me responderam que o mais interessante foram os telhados vermelhos. Isto na altura pareceu-me um pouco absurdo e sem sentido, agora entendo porquê.

A contrastar com o cinzento da cidade temos o verde das montanhas e o azul do mar. A paisagem à volta é magnífica, os vários tons de verde da luxuriante vegetação cobrem por completo as altas montanhas aqui e além salpicadas de flores de variadas cores. Nos vales podemos observar os camponeses a tratar dos campos de arroz alagados que se estendem até onde a planície acaba e a montanha começa. O mar é também salpicado de pequenas ilhotas que servem de poiso às diferentes espécies de aves.

Eu tive a sorte de ter chegado no inicio

da Primavera, pois tive oportunidade de ver as inúmeras cerejeiras ("Sakura") em flor ("Hana") e participar nas celebrações da chegada desta Estação - "Haname" - piqueniques feitos debaixo destas árvores para observar e admirar a beleza das flores cujas pétalas vão caindo com a brisa primaveril, deixando os campos em volta brancos parecendo flocos de neve a cair.

Um determinado lugar pode ser mais ou menos bonito, mais ou menos agradável, mas o que faz desse lugar um sítio agradável para viver é o que nos faz dizer se gostamos ou não desse local não é a paisagem, não é a arquitectura, não são as infra-estruturas, são as pessoas que lá vivem, que encontramos, que conhecemos no dia a dia. O que faz um país é o seu povo.

Aquilo que vou dizer pode parecer "cliché" mas é a constatação da realidade, os japoneses são, em geral, muito

simpáticos e solícitos. As pessoas que tenho tido a sorte e a felicidade de encontrar aqui provam isto. Vou relatar uma situação, no meio de muitas, que prova a disponibilidade para receber o estrangeiro ("Gaijin"). Quando arrendei o apartamento onde estou a viver comprei alguns pertences do inquilino anterior, entre os quais uma velha televisão, que apesar de funcionar a imagem não era transmitida em boas condições. Bastou eu dizer a duas ou três pessoas que eu queria comprar uma televisão barata e em boas condições, e na semana seguinte eu tive duas televisões em casa, uma emprestada, outra oferecida (são televisões já usadas e com alguns anos, mas como nós dizemos aí em Portugal, "Quem dá o que tem a mais não é obrigado"). Se por um lado são amigáveis, por outro são bastante formais, e mais uma vez encontramos o contraste. Esta formalidade porém, pode, por vezes, ser

muito útil. Os japoneses não costumam ser muito efusivos na demonstração dos seus sentimentos, o que para nós europeus e latinos pode parecer frieza. No entanto, devido a esta ancestral polidez fazem-nos sentir quase sempre bem-vindos e bem recebidos. Isto pode parecer hipocrisia aos nossos olhos de Ocidentais, mas se conseguirmos despir a nossa capa cultural, perceberemos rapidamente que não é uma maneira de ser mas sim uma forma de estar, bastante conveniente aliás. Por vezes não consigo deixar de me sentir irritada com tanta polidez e rigidez de costumes, afinal não deixo de ser uma ocidental europeia e ainda por cima portuguesa, mas como fez João Rodrigues (missionário Jesuíta) há quatro séculos atrás, tento na medida do possível ver com os olhos do Ocidente e sentir com o coração do Oriente. Só assim poderei compreender e viver os hábitos nipónicos.



Bleuette «Nishiki-e» (japonês) — MAAA — Lisboa

A experiência de viver e trabalhar em Oita e Usuki tem sido muito interessante, tanto mais porque eu sou a única pessoa portuguesa aqui a residir. Praticamente todos os japoneses com quem tenho falado sabem algo sobre Portugal, aqui especialmente, porque Oita tem um acordo de amizade e cooperação com Aveiro, são cidades geminadas culturalmente. No centro da cidade existe um navio português do século XVI rodeado de um painel de azulejos onde se pode ler "Portugal-Aveiro-Oita" e um pouco das relações históricas entre os dois países. Existem também espalhadas pela cidade estátuas alusivas a Francisco Xavier e a outros missionários cristãos portugueses, nomeadamente Luís de Almeida, inclusivé há um hospital com

o seu nome. Além disto existe uma rua com um nome português e ainda um bolo chamado "Bom Dia" muito conhecido e vendido em qualquer loja da especialidade. Foi uma agradável surpresa encontrar isto tudo sobre Portugal, mas mais interessante ainda foi aquando da minha primeira visita a Usuki, uma pequena e bonita cidade a 35 Km de Oita, e me deram uma brochura acerca dos pontos turísticos escrita em português. Foi, também, aberto, este ano e pela primeira vez, o curso de Língua Portuguesa, o qual leciono, que tem tido uma boa afluência, superando as expectativas locais. Por tudo isto se vê o grande interesse e curiosidade que as pessoas desta zona têm por Portugal.

Usuki, o outro local onde eu trabalho, como referi anteriormente, é uma pequena e antiga vila situada à beira mar com uma baía em forma de V de onde se pode ver várias ilhotas pontilhando a água. É constituído por uma população de cerca de 40 000 habitantes, com vestígios de uma época florescente. Foi em alguns períodos da História residência de vários e famosos Samurais, nomeadamente de Otomo Sorin, o poderoso senhor da Guerra que governou quase metade da ilha de Kyushu, e se tornou cristão. Devido ao patrocínio do comércio com o Ocidente e sob a protecção do senhor cristão, Usuki prosperou como porto de comércio mais importante de Kyushu Oriental. Apesar do declínio do poder



Desenho: Namban-e (português)

Kyushu Oriental. Após o declínio do poder de Otomo, a família Inaba originária de Honshu recebeu a administração da região e manteve-se no poder até à época Meiji. Esta vila é famosa no Japão pela variedade de figuras do Budha esculpidas directamente nas Rochas datadas dos séculos XI-XIII. As pessoas de Usuki são de uma simplicidade e generosidade extremas e, por tudo isto é um local bem aprazível. Aqui desenvolvo alguma pesquisa histórica acerca das relações mútuas entre os dois países fazendo transcrição paleográfica de documentos portugueses microfilmados dos séculos XVI e XVII.

No inicio de Maio tive oportunidade de ir conhecer a ilha maior do arquipélago, Honshu. Visitei Hiroshima onde pude constatar várias consequências da bomba atómica, sentindo, como alguns americanos uma certa dificuldade em ser ocidental. Fui a Nara e Quioto, duas cidades onde se respira História por todos os lados. É realmente emocionante visitar Quioto, o

Japão antigo que nós imaginamos está ali, é somente necessária um pouco de imaginação... e pronto... estamos a fazer uma viagem no tempo. A minha estadia no Japão tem sido bastante agradável, às vezes nem acredito que aqui estou e quase me belisco para confirmar. Outras vezes sinto uma falta enorme de Portugal (a saudade bem portuguesa do Fado), nomeadamente da comida. Ainda não consegui habituar-me à gastronomia nipónica, isto porque não gosto nem gosto nem do cheiro nem do gosto do molho de soja que acompanha quase toda a comida japonesa. Por isso os pratos de "Sushi" e "Sashimi" (o famoso peixe crú) típicos desta região continuam a ser "um osso duro de roer". Estou a fazer um esforço para me habituar ao sabor da alimentação japonesa mas não é tarefa fácil.

Outra tarefa nada fácil é a aprendizagem da língua. Quando cheguei a Oita senti-me além de analfabeto (pois não consigo ler nem escrever), surda e muda (incapaz de

falar e se ouvia não decodificava). Agora já só quase me sinto analfabeto, porque já vou conseguindo entender algumas palavras e dizer outra meia dúzia.

No inicio as idas ao supermercado eram uma autêntica aventura. As primeiras viagens de comboio foram para mim momentos emocionantes, a todo o momento já me imaginava perdida sem saber que direcção tomar e como perguntar o caminho certo.

Agora todos estes pequenos medos iniciais, e de certa forma compreensíveis foram ultrapassados. A língua (conversação) japonesa ainda continua a ser uma barreira que eu aos poucos estou a ultrapassar. Daqui a alguns meses vou-me tirar de tudo isto, até agora tem sido uma experiência muito rica e interessante. Sinto-me afortunada por ter a oportunidade de estar a viver.



Vista panorâmica de Nagasaki



As Virtudes de Sempre As Vantagens do Futuro

A Caixa Geral de Depósitos, criada pela *Carta de Lei de 10 de Abril de 1876*, nasceu com uma vocação exclusivamente centrada no âmbito do Estado, tendo como função principal a recolha e administração dos depósitos efectuados por imposição da lei ou dos tribunais; cresceu como um banco de poupança e investimentos ligado à política económica, continuando a recolher os depósitos públicos ou determinados pelo Estado, bem como a poupança privada, e chegou aos nossos dias com uma posição de grande destaque no conjunto das instituições de crédito portuguesas, já não dependendo dos depósitos públicos, actuando como um banco universal e sendo a matriz do maior grupo financeiro português.

Preâmbulo da Decreto-Lei n° 267/93, de 20 de Agosto.

Merceceu a confiança de gerações de Portugueses tornou-se uma Instituição sólida, plenamente concorrencial e de referência no mercado financeiro português; adquiriu uma dimensão que lhe permitiu a expansão além fronteiras.

Hoje com novo estatuto, a Caixa Geral de Depósitos, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, inicia uma nova etapa da sua história empenhada em salvaguardar os seus valores permanentes - a segurança, o equilíbrio e o rigor - e determinada a continuar a servir os Portugueses, a crescer com elevada capacidade competitiva, preparando-se para novos desafios na permanente apoio à modernização da economia nacional.

Fechou-se um ciclo; outro se abre. A CGD continuará as virtudes do passado e saberá aproveitar as vantagens do futuro.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.
Conte Connosco

OS UNIFORMES DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE PENICHE DURANTE A GUERRA DO ROSSILHÃO E CATALUNHA (1793 A 1795)

POR MANUEL A. RIBEIRO RODRIGUES

A Revolução Francesa e a morte de Luís XVI tinham provocado uma coligação de quase todas as nações da Europa contra a França. Declarada a guerra entre esta nação e a Espanha, exige-nos esta que lhe enviemos os reforços a que se julgava com direito, conforme as cláusulas do tratado anteriormente assinado.

Em consequências do governo de Madrid, foi organizada uma Divisão Auxiliar Portuguesa, do comando de um distinto oficial o Tenente-General João Forbes Skeellater, e com oficiais de diversas categorias, na totalidade de "provada perícia e valor, ricos de devoção pela Pátria e pelos seus nobres deveres de soldados".

Foram estes reforços, solicitados por Espanha, fixados numa Divisão de 5.000 homens constituída por seis regimentos de Infantaria, duas companhias de Artilharia e um corpo de Engenheiros.

Estas forças abandonaram o Tejo no dia 20 de Setembro de 1793, seguindo a bordo de 14 transportes escoltados por cinco navios de guerra. O regimento de Peniche embarcou nos transportes "Mercúrio", "Santo António de Olinda" e "Cana Verde". O regimento levava um efectivo de 718 homens, comandados pelo Coronel António Franco de Abreu, oficial muito experiente, tendo como imediato o Tenente-Coronel Bernadim Freire de Andrade e como Major Luís António de Castelo Branco. Como Capitães de fuzileiros: José Henrique Pereira da Silva, Francisco António dos Reis e Francisco José Delgado. Como Capitães agregados: Eloy José Correia Peixoto e António de Lemos Pereira de Lacerda. Tenente de granadeiros: Francisco António Freire. Tenentes de fuzileiros: José Bento de Mello, Tomás Alexandre e Teodoro Francisco Maciel. Alferes de granadeiros: Cândido Gomes. Alferes de fuzileiros: José António Carneiro, Estevão Pinto de Moraes Sarmento e António Xavier da Gama Lobo.

Na manhã de 9 de Novembro desembarcaram no porto de Rosas, na Catalunha. As forças acamparam ao abrigo da fortaleza de Rosas, iniciando a marcha no dia 19 em direcção aos Pirenéus. O regimento de Peniche seguiu no dia 20



Bernadim Freire de Andrade

para Meniscle, onde chegou a 21 de tarde, acantonando nessa povoação. Daí marchou para Morellas, onde chegou a 26, realizando estas marchas sob constantes tempestades e chuvas, por caminhos intransitáveis e sem pontes, o que obrigou os soldados a terem de atravessar ribeiras com água pela cintura e quase gelada. Ao chegarem a Morellas, já os franceses atacavam as tropas aliadas, entre as quais alguns regimentos portugueses que os tinham precedido.

Os soldados, ouvindo o ruído do combate, apesar do seu extraordinário cansaço e do estado lastimoso em que se

encontravam, pedem aos seus oficiais que os conduzam em auxílio dos seus camaradas, chegando o Capitão agregado António de Lemos Pereira Lacerda a suplicar que lhe fosse permitido marchar e correr ao combate com um cento de soldados, que voluntariamente se propunham acompanhá-lo. Este simples episódio mostra bem a excelente disposição e o elevado espírito de corpo e aguado do regimento de Peniche. Contudo o pedido foi indeferido, contra as nobres aspirações dos animosos soldados, pela prudência do respectivo Coronel e do Tenente-Coronel Bernadim Freire de Andrade.



Col. do Autor

No imediato dia 27, passou o regimento de Peniche o rio Tech, na ponte de Ceret, e, livre já a comunicação deste ponto com o centro, dirigiu-se com o 1.º regimento do Porto e um batalhão de guardas espanhóis, para Saint-Jean de Pages; sendo todos destinados à guarnição dos pontos compreendidos entre a bateria de La Sangre e a de Saint-Ferreol.

Em Dezembro de 1793, foram reunidas diversas forças dos postos de Ceret, Pages e Boulou, na totalidade de quase seis mil homens, formando uma coluna que, às ordens do Marechal Barão de Kesel, avançou, no maior silêncio, pela direita francesa na noite de 4 de Dezembro. Deram os espanhóis, nesta marcha, as honras da vanguarda aos regimentos portugueses do Porto, Peniche e a duas companhias de granadeiro de Freire de Andrade.

Após o ataque todas as baterias francesas passaram para o domínio das tropas aliadas; a cavalaria espanhola perseguiu na planície os fugitivos franceses, rematando a completa vitória de Courten.

Ordenou o General espanhol, que as forças portuguesas se reunissem e acantonassem em Arlés e nas suas cercanias começando a execução pelo regimento de Peniche, que no dia 17 de

Dezembro se pôs em marcha a fim de vigiar para além do Tech, as alturas de Villars, onde as guerrilhas francesas faziam grandes estragos. Antes, porém, o regimento foi passado em revista pelo General D. António Ricardos que, tendo-o observado em manobras, lhe fez muitos elogios pelo seu garbo e perícia militar, cumprimentando o Comandante, que então era o Sargento-Mor (I) Castello Branco, a quem o intrépido Conde de la Union, que naquele acto acompanhava o General Ricardos, dirigiu as seguintes obsequiosas e militarmente significativas expressões: "Comandante! Su Regimento no me hará de mirar!".

No dia 17 de Novembro de 1794, vamos encontrar o regimento no acampamento de La Salud, quando os franceses atacaram impetuosamente as posições aliadas, começando logo a bater a nossa posição e a retaguarda da linha ocupada pelos aliados, ao mesmo tempo que atacavam com todo o vigor a posição da Madalena, ocupada por um batalhão espanhol que se esforçava para deter o avanço do inimigo. Bernadim Freire, que comandava interinamente o regimento, vendo a crítica situação em que se encontrava aquele batalhão, envia-lhe de reforço a companhia de granadeiros. Vendo

contudo a impossibilidade de continuar a marcha e de restabelecer a situação com as diminutas forças de que dispunha, tal era a força com que os franceses atacavam, resolveu retrogradar e recolher a um reduto existente ali perto.

Esta retirada foi dificilíssima, não só porque o fogo inimigo incidia permanentemente sobre o regimento, mas ainda porque foi cortado e desorganizado por um regimento espanhol que debandava desordenadamente. Perdendo então a sua coesão e a boa ordem, quando Bernadim Freire tentou reunir os poucos soldados que se encontravam junto das bandeiras, apenas conseguiu contar 60 praças, algumas das quais feridas.

Julgou o General Courton que Bernadim Freire podia ainda deter na sua mureta os franceses, pelo que lhe ordenou que marchasse ao encontro do inimigo, ordem que foi confirmada pelo General Forbes, comandante da Divisão Auxiliar.

Diz-nos Latino Coelho: "Atravessou Bernadim Freire, sob fogo do inimigo, a planície, ao som dos tambores e com as bandeiras despregadas e arremeteu aos seus contrários, conseguindo nos primeiros momentos a estranha temeridade, e que a uma força tão diminuta foi pouco depois

impossível completar. Se parece nada plausível que as débeis relíquias do Regimento de Peniche, apesar de reforçadas com mais alguns soldados que às bandeiras acudiram no caminho, pudessem ter mão em tão numeroso inimigo, já quase inteiramente senhores da situação, segundo na sua relação afirma o seu comandante, se é quase impossível que os franceses, como naquele documento se assevera, cedessem o passo aos poucos portugueses de Bernadim Freire, e se retrairsem a um ponto superior na montanha da Madalena, entrincheirando-se nos abrigos naturais que o fraguedo lhe ministrava, não se pode todavia contestar que o Regimento de Peniche, conservou em quanto pôde a sua firmeza e a sua bravura durante um combate desigual que aos esforços mais heróicos não era dado prostrar.

Efectivamente, vendo Bernadim que não era auxiliado no seu ataque por quaisquer outras forças e que esta não podia dar qualquer decisão ao combate, determinou que a retirada se iniciasse pela direita, a fim de não sacrificar mais os restos do seu regimento. Apesar de ferido por uma bala que lhe atravessou o braço esquerdo, não quis Bernadim Freire abandonar a sua unidade nem deixar de contribuir para a salvação das bandeiras, "símbolos sagrados da Pátria e da Honra Militar", e só quando uns e outros se tinham acolhido a lugar seguro, é que Bernadim Freire entregou o comando dos destroçados e desfalcados restos do seu regimento ao Capitão José Porfirio Rodrigues de Sequeira, visto que o seja imediato, Capitão José Leandro de Carvalho, fora gravemente ferido na ação.

O regimento de Peniche, como todos os outros regimentos portugueses, sofreu graves perdas tanto em homens como em material. Foram mortos: Capitão José Henrique Pereira da Silva e três Anspecadas; feridos: Tenente-Coronel Bernadim Freire de Andrade, Capitão José Leandro de Carvalho, dois Oficiais Inferiores, três Cadetes três Cabos de Esquadra e dez Soldados; contusos: Tenente Francisco de Paula, Alferes Francisco Timoco de Sande e Vasconcelos, um Oficial Inferior, um Cabo de Esquadra e dois Soldados; desaparecidos ou extraviados: cinco soldados. Em material foi o Regimento de Peniche o mais sacrificado. Perdeu: 31 espingardas, 38 baionetas, 339 mochilas e 417 frascos, material este que foi necessário abandonar para imprimir uma maior velocidade à marcha da retirada. Assim terminou a campanha de 1794.

Os uniformes utilizados por este regimento, para os oficiais, era o seguinte:

TRICÓRNIO: De falso preto com um galão de seda dourado em toda a volta. Laço de seda preto, com presilha e botão dourado, fig. n.º 1

CASACA: Azul ferrete, de lã de

camelo. Gola, canhões das mangas, forro e abas branco. Bandas azul ferrete. Botões de metal dourado. Cascudo simples sem alamares e vivos, fig. n.º 2

VESTIA: Branca com forro da mesma cor, abotonando pela frente por uma ordem de botões iguais aos da farda, mas mais pequenos, fig. n.º 3.

PESCOCINHO OU GRAVATA: De seda preta, tendo sido vermelho no período de 1783 a 1787.

CAMISA: Branca de linho ou seda.

CALÇÕES: Azul ferrete com botões e fivelas de metal dourado, para apertar junto ao joelho.

POLAINA: Preta, terminando um pouco abaixo do joelho, deixando ver a meia de seda branca. Botões pequenos dourados, fig. n.º 4.

SAPATOS: Afivelados de couro preto.

TALABARTE: De couro branco com fivela dourada, fig. n.º 5.

ESPADA: Punho e guarda-mão de metal dourado. Fio e borla da mesma cor. Bainha de talas preta com bocal e ponteira dourada, fig. n.º 6.

BANDA: De retroz vermelho, atada, por cima da vestia e por debaixo da casaca, sendo atada do lado esquerdo, terminando com duas bordas de torcal de seda azul claro.

BASTÃO: De cor de madeira natural com castão de prata. Fio e liga dourado...

PARA SOLDADOS:

TRICÓRNIO: Igual ao do oficial, tendo o galão de lã amarelo.

CASACA, VESTIA, PESCOCINHO, CAMISA E CALÇÃO: Tudo igual ao oficial, mas de tecido de pior qualidade.

POLAINAS: Preta, compridas indo acima do joelho.

CINTURÃO E PALA PARA BAIONETA:

De anta branco; fivela de latão amarelo, fig. 7.

ARMAMENTO: Fuzil e baioneta, figs. 8 e 9.

PATRAONA: De couro preto, fig. n.º 10.

PARA TAMBORES E PIFANOS: TRICÓRNIO, PESCOCINHO, CAMISA, POLAINAS E SAPATOS: Igual aos soldados.

CASACA: De lã de camelo, amarelo. Gola, bandas e canhões das mangas da mesma cor do forro e abas branco. Botões de metal amarelo. Cascudo simples sem alamares e vivos.

VESTIA: Azul ferrete com forro da mesma cor.

CALÇÕES: Amarelos.

TALABARTE PORTA TAMBOR: De anta branco.

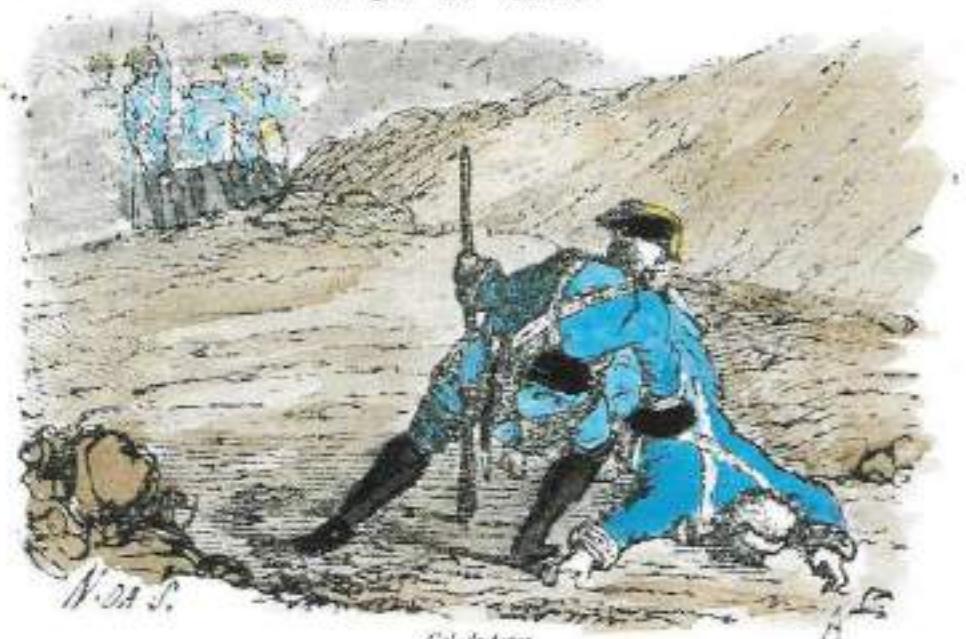
TAMBOR: Corpo castanho, cercaduras vermelhas, com as Armas de Portugal pintadas.

Por força do Decreto de 17 de Dezembro de 1795 todos os militares, como prova da distinção e valor com que se portaram, passaram a ter uma granada bordada na manga do lado direito da casaca, sendo de ouro para oficiais generais, de prata para a dos mais oficiais e cadetes, de seda branca para oficiais inferiores e de lã para soldados. Por um outro Decreto da mesma data, foi ordenado que as bandeiras de cada regimento presente nas campanhas se descrevesse a sua denominação, antepondo-se-lhe *ao valor*, ou seja *ao valor do Regimento de Peniche*.

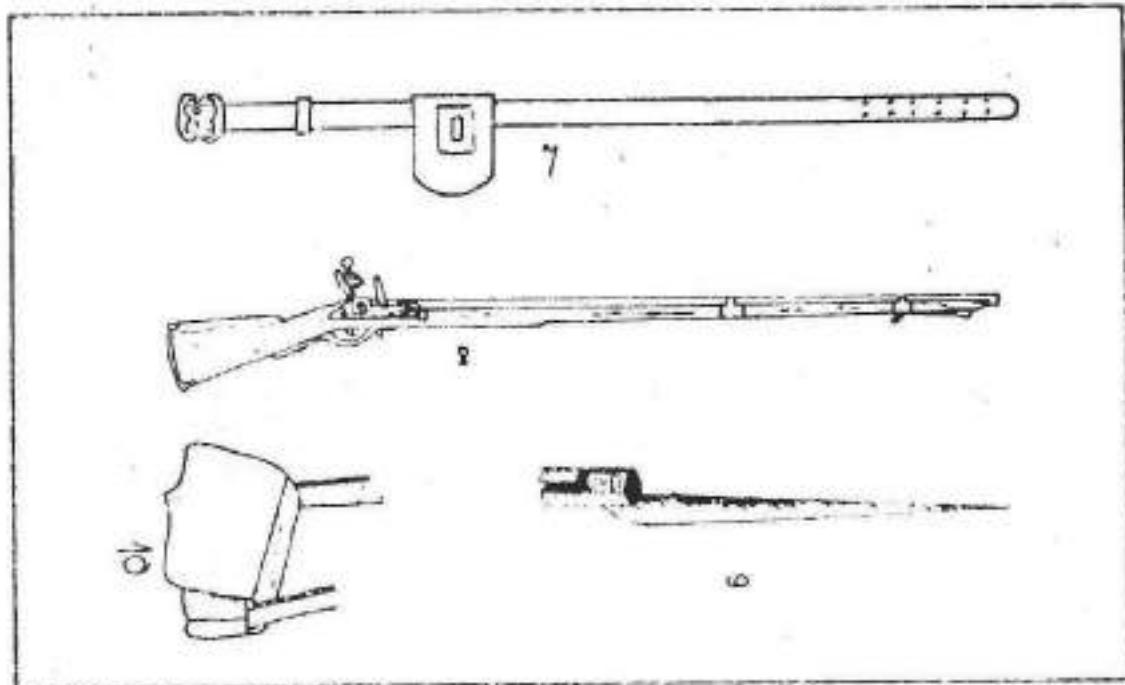
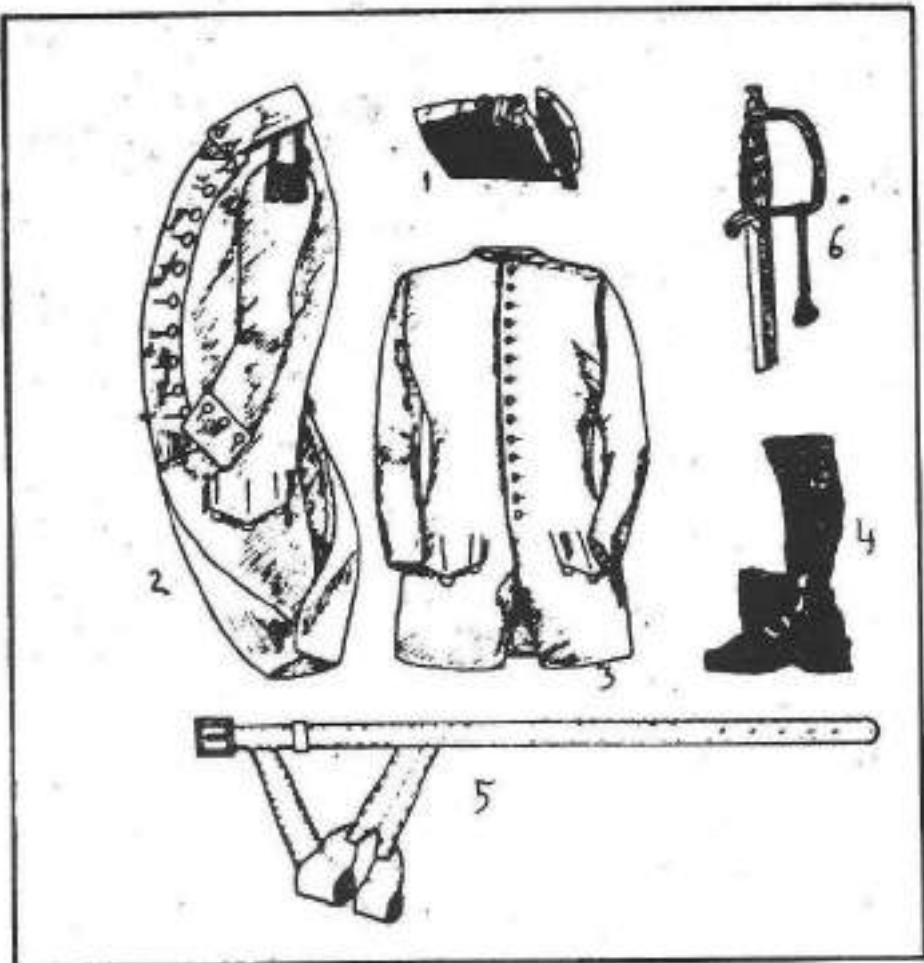
(1) - Este posto deu origem, mais tarde, ao Major.

Alguma bibliografia consultada:

- História da Guerra Civil, primeira época, por Simão José da Luz Soriano.
- Excerpts Históricos, vol. 1, por Claudio de Chaby
- História de Portugal, por Pinheiro Chagas
- História Política e Militar, por Latino Coelho.



Col. do Autor





Uniformes do Regimento de Infantaria de Pesche 1764 a 1806, in "Uniformes da Tropa dos Regimentos de Cavalaria, Artilharia, Infantaria de Sua Majestade, 1783

*Alia ut et libidinosa de. summa quae usq[ue] ad. magnitudi de. summa
non impo que sentia et hinc rati*

Die Formations- & Verbreitungsschichten der Kalkalgen

RELATÓRIO DE 7 DE MARÇO DE 1794 DO MARECHAL DE CAMPO - D. ANTÓNIO DE NORONHA

*Divisão Auxiliar Portuguesa
a Espanha*

*Relatório
de
7 de Março 1794.
do
M. de Campo D. António
de Noronha.*

Em observância da ordem de V. Exa. declaro o seguinte:

Em 19 de Novembro de 1793, marchei por ordem de V. Exa., para Figueiras, para V. Exa. ali me comunicar as ordens que recebesse do general Ricardos, sobre a ação que se intentava com as nossas tropas contra o inimigo para as partes de Banhos e Sant'Elmo; dirigiu-se V. Exa. a Figueiras no dia 20, fez expedir o seu ajudante general, outros três ajudantes das suas ordens, para prover remédio as tropas que marcharam por outro caminho, do que necessitassem, para no dia seguinte V. Exa. e eu marcharmos e o quartel mestre general espanhol, para a referida ação; houve contra ordem, segundo os avisos, que os três generais espanhóis, Cajical, Aries, Vives fizeram pessoalmente de haverem os franceses mudado de posição, e por consequência era impossível fazer-se o ataque nesse mesmo dia;

Mandou-me V. Exa. para a Junqueira, para fazer marchar as tropas que ficaram na retaguarda, para irrem acampar a Bouto, segundo as ordens que V. Exa. ali recebeu do general Ricardos. Chegou a V. Exa. à Junqueira no dia 22, continuei eu a ficar no mesmo sítio por ordem de V. Exa. até fazer recolher o regimento de Peniche. Logo que passou por aquela vila, me apresentei a V. Exa. no dia 28 em Ceret.

No dia 5 de Dezembro marchei por ordem de V. Exa. com quatro peças de artilharia pequenas, e dois regimentos 2º do Porto e 1º de Olivença para o campo do tenente general Courten, onde se uniu comigo o regimento de Freire, que deveria fazer a reserva no dia do ataque das baterias de Vila Longa, todo debaixo da ordem do

tenente general Courten, em cuja ação comandei a coluna que atacou as sobreditas baterias: No dia 7 de madrugada: acabei a minha comissão naquele mesmo dia, e por não haver mais nada que fazer, e acham-me alguma coisa modesta recolhi-me ao Quartel de Ceret. No dia 9, foi o Marechal de Campo D. João Correia de Sá comandar o regimento de que é chefe, e o de Olivença que ainda ali ficou algum tempo.

Seguiram-se os acantonamentos em Val Spire e fíndou a campanha em 22 de Dezembro.

Distribuiram-se os quartéis de Inverno, mandou-me V. Exa. para Banhos com o regimento de Olivença, ficando também comandando o 2º do Porto, que se acha em Paralda.

Segundo a ordem dos quartéis, estamos no lugar que nos pertence; a tropa portuguesa, é certo que o serviço que faz é penoso, porque sem embargo de ser em utilidade nossa, nunca pertenceu à tropa de linha fazer as guardas; e o serviço que em toda a parte do mundo faz a tropa ligeira: as consequências são as que V. Exa. não ignora, que é a multidão de doentes, que entram nos hospitais, e a falta de disciplina que se lhe devia administrar para entrar na campanha futura; cuja senão pode por em prática, visto o pesado serviço que se está fazendo; sei que V. Exa. tem requerido providências ao general espanhol, que comanda a linha dos quartéis; mas também sei que as não tem dado.

É certo que os dois regimentos portugueses que se acham em Ceret destacados, Peniche e 1º do Porto, nas fazem uma grande falta, para aliviarem o serviço rigoroso, que estão actualmente fazendo os quatro regimentos de Cascais,

Freire, 1º de Olivença e 2º do Porto, sem embargo dos últimos ofícios que V. Exa. recebeu da nossa Corte, cujos me fez ver, e que alguma coisa lhe ampliam mais a Jurisdição de que as primeiras ordens, que o acompanharam no capítulo que V. Exa. Ieu na minha presença e na dos meus companheiros D. Francisco Xavier de Noronha e D. João Correia de Sá; eu me não atrevo a discernir que V. Exa. tire aqueles dois regimentos de Peniche, o 1º do Porto da guarnição de Ceret, sem que o general espanhol dê as providências que tem permitido em virtude das instâncias de V. Exa. para que venha tropa castelhana fazer o serviço que fazem os dois sobreditos regimentos.

Eu faria uma dissertação em que mostrasse bem claramente a diferença que há de serviço entre tropas auxiliares de linha, e tropas ligeiras; também me não esqueceria de falar na retirada da tropa portuguesa, no caso de ser atacada nos seus quartéis; porém tocar estes pontos, era supor que V. Exa. os ignorava, quando eu estou muito bem certo que V. Exa. conhece em perfeição a natureza e delicadeza deles; a experiência me tem mostrado que V. Exa. se não esquece de nada que é útil, tanto para o exército de S.M. Fid, como em buscar tudo o que é útil também para a conservação da tropa da mesma senhora.

A este respeito tenho respondido segundo as ordens de V. Exa.

Quartel de Banhos, 7 de Março de 1794
Ass. D. António de Noronha
Marechal de campo

Comissuraria da Cidade de São
Bento e Seguinte:

Em 19 de Setembro de 1793, marchei por
dono de S. Lxº para Siqueiros, para S. Lxº ali me remu-
ver as Ordens que recebi de General Vicente, sob o acto
que que se intitula comissão das tropas contra o inimigo
para as partes de Brumaleos, e fui. Lxº dirigiu-se.
Estando a Siqueiros no dia 20, fiz expedir o acto que se intitula
entre trés, fundando das suas Ordens, para prever de im-
ediato as tropas que marcharão per outro caminho, de que in-
crimaram, para no dia seguinte S. Lxº, e na marcha, e
o General. Nostro General Izquierdo, para a resolução de que:
houve contrariedade, segundo as trés, que estavam
Capanheiros, Cujical, Alves, e Vila Francisco juntamente
de Lamego, e Minas mandado a porção, e para respon-
da houa impunivel fazendo castigo respeito a mim no dia:
Maneira em S. Lxº, para a Siqueiros, para fazer mar-
char as tropas que ficarem na Siqueiros, para houver a
Cumprir a Bentô, segunde as Ordens que S. Lxº, ali rec-
beu do General Vicente; Chegou S. Lxº a Siqueiros
no dia 22, continuou cumprir no mesmo dia por Ordem
de S. Lxº, a levar neither o Regimento de Pernambuco; se
que qui passou per aquella Vila, no apreendê-lo S. Lxº no
dia 28 em Bentô.

Eu faria huma desertaçāo em que mos
trasse bem claramente a diferença que ha de sermi-
ço entre Tropas auxiliares de Linha, e Tropas Segui-
ras: também me não esqueceria falar na relíndra
da Tropa Portuguesa, no caso de ser attacada nos seus
Quartéis; porém tocar estes pontos, héra supor que
S. Ex.º as querava; quando vi estou muito bem certo que
S. Ex.º tem hco em perfumá a natureza, e deliciadea dellas.
A experiência me tem mostrado que S. Ex.º se não es-
querce de nada que h' útil, tanto para o exercito de
Sua Maj. Fidelis, como em buscar tudo o que
h' útil também para a conservação da Tropa de
Almas da Província. Nesté myuito tempo
respondido, segundo as Ordens de S. Ex.º Guar-
tel de Sant' António de Março de 1794.

Assinado: D. António de Araújo

O MUSEU DA ÁGUA DA EPAL

A MEMÓRIA HISTÓRICA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À REGIÃO DE LISBOA

POR PEDRO INÁCIO

A ideia de se criar um museu dedicado à água surgiu nos anos trinta, numa fase de remodelação e expansão da empresa. Alguns materiais obsoletos, essencialmente constituídos por máquinas, ferramentas e documentação relacionada com o abastecimento de água foram recolhidos no edifício sede da companhia, na Avenida da Liberdade. Neste mesmo local, iniciaram-se os trabalhos de recolha e inventariação. No início dos anos cinquenta, por iniciativa de alguns técnicos da Companhia das Águas de Lisboa, o acervo reunido foi transferido para a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, perto de Santa Apolónia. Nesta instalação, mais precisamente na antiga sala das caldeiras, entretanto demolida, desenvolveram-se os primeiros trabalhos, quer a nível museológico quer a nível museográfico. Em termos de exposição, procurou-se evidenciar, sobretudo, as áreas de trabalho, produzidas no seio da empresa ao longo da sua existência.

Nos finais da década de setenta é criado o serviço de Divulgação e Museu, dando este continuidade ao projecto museológico, entretanto desenvolvido. Assim, foram promovidas algumas iniciativas culturais relacionadas com a história do abastecimento de água à cidade de Lisboa, evocando as principais efemérides. No dia 1 de Outubro de 1987, é inaugurado o actual museu da EPAL. Os trabalhos realizados museológica e museográfica-mene tiveram como objectivo evidenciar a evolução histórica do abastecimento de água a Lisboa, desde os romanos até aos nossos dias. Através de pesquisas e estudos, elaborou-se um percurso cuja temática resumia, na sala de exposição permanente, dois mil anos de factos, indissociavelmente ligados ao abastecimento de água e ao desenvolvimento da cidade. A sala de exposição permanente foi objecto de um novo design com a introdução de elementos modernos, intencionalmente desenvolvidos no contexto das novas concepções museográficas. Ao nível de arquitetura foram ainda concebidos outros espaços, constituídos por uma zona coberta exterior, um centro de documentação, um auditório



MUSEU DA ÁGUA DA EPAL
Fotografia Principal da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos

e, mais recentemente, por uma sala de exposições temporárias, inaugurada em 1992, com acesso à sala das máquinas a vapor da antiga estação elevatória dos Barbadinhos.

Este imóvel, igualmente integrado no percurso museológico, é sem dúvida uma das principais atrações do edifício sede do museu. O seu principal equipamento, constituído por quatro máquinas a vapor construídas nas oficinas de E. Windsor de Ruão (França), funcionaram ininterruptamente, até 1928. As máquinas cujo vapor era produzido por cinco caldeiras, são todas do mesmo tipo; êmbolos verticais de dois cilindros cada, com camisa de vapor, sistema Woolf, de expansão variável e de condensação. Apesar de desactivada uma das máquinas tem funcionando, esporadicamente, em regime de demonstração com recurso a energia eléctrica. No interior desta instalação são ainda visíveis vestígios de matérias e materiais utilizados para o seu funcionamento. O ferro, o cobre e o tijolo destacam-se, em harmonia, com o ambiente característico de uma instalação térmica dos finais do século passado, conferindo-lhe um testemunho de extrema raridade e valia no campo da arqueologia industrial, europeia.

Localizado na zona oriental de Lisboa, entre Santa Apolónia e Xabregas, o Museu da Água da EPAL é, hoje, reconhecido como um dos espaços culturais mais interessantes de Lisboa. No conjunto, os monumentos que o integram, (Aquaduto das Águas Livres, na travessia sobre o Vale de Alcântara, a Mãe d'Água das Amoreiras, o reservatório da Patriarcal e a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos), quer pela sua beleza arquitectónica quer pelo seu significado histórico, permitem admirar um vasto e singular património, intimamente ligado ao abastecimento de água à cidade de Lisboa, iniciado no século XVIII.

Comprovando esta realidade, o museu da água foi galardoado, em 1990, com o Prémio do Conselho da Europa, símbolo que, anualmente, distingue o museu que se destaque na museografia nacional ou internacional, contribuindo significativamente para o entendimento e conhecimento da herança cultural europeia.

O Museu da Água oferece a todos os seus visitantes momentos únicos e inesquecíveis, onde o passado se transforma em realidade, onde o presente se mistura com o imaginário e, o futuro, subtilmente, se moderniza e humaniza.



MUSEU DA ÁGUA DA EPAL
Sala das Máquinas a Vapor - 1890

O PERCURSO DA EPAL: A EXPERIÊNCIA DE 127 ANOS DE ACTIVIDADE EMPRESARIAL

Até à fundação da CAL - Companhia das Águas de Lisboa, em 1868, os habitantes da cidade foram abastecidos pelo sistema das Águas Livres e por alguns chafarizes medievais. Portugal vivia momentos de mudança onde a Regeneração havia de intervir em diversos sectores empresariais, destacando-se em particular, o dos transportes e o do abastecimento de água.

Os principais motivos que levaram à criação da companhia deveram-se a dois importantes objectivos. Num primeiro momento dizia respeito ao melhoramento das condições do abastecimento de água à cidade de Lisboa, procurando satisfazer as necessidades de consumo. Numa segunda fase, pretendia-se alargar os sistemas de produção e distribuição de água, com recurso a novas captações, de forma a garantir uma eficaz gestão da empresa nos anos mais próximos.

Com efeito, e após aprovação dos estatutos e a nomeação dos órgãos sociais da companhia, deram-se início aos trabalhos. Em termos práticos, foram construídos novos reservatórios, alargou-se a rede de distribuição e, pela primeira vez, as águas orientais foram elevadas através do vapor para as mais zonas altas da cidade. Em 1880, com a inauguração do sistema Alviela, surge uma nova etapa na vida da empresa, concretizando-se uma das maiores obras da engenharia hidráulica nacional. Assim, e em termos de

abastecimento de água, verificou-se um aumento generalizado dos consumos e uma melhoria nos hábitos dos lisboetas, no que diz respeito à higiene e salubridade pública.

Nos finais do século passado, mais precisamente, em 1899, a extensão da rede de distribuição contava com 193 778 metros, existiam 13 953 prédios canalizados para 44 223 consumidores. Em termos de consumo, verificou-se um total de 8 211 145 m³. Ao nível da receita de venda de água, nesse mesmo ano, atingiu-se o valor de 502 390\$050 (reis).

Durante a I Guerra Mundial (1914-1918), os efeitos causados pela conflagração europeia, quer ao nível da exploração quer ao nível da manutenção de equipamentos, agravados pela alta de preço do carvão e da escassez do cimento, provocaram uma instabilidade financeira no seio da empresa, obrigando a tomar medidas drásticas na contenção dos salários e na produção de água. Por outro lado, o crescimento urbano e o desenvolvimento demográfico de Lisboa transportaram, em si, novas dificuldades para a companhia. A proposta da ampliação do abastecimento e a necessidade de se tomarem medidas reguladoras do consumo de água, transformaram-se nos principais objectivos até aos princípios da década de trinta.

Em 1935, concretizaram-se alguns dos projectos previstos no novo contrato celebrado entre o Governo e a Companhia. As obras necessárias visavam, não só a ampliação do aprovimento de água da cidade, mas também as requeridas pelo abastecimento da zona do trajecto dos adutores e da zona suburbana. A partir de

1940, entrou em funcionamento o sistema Tejo, cuja captação era feita por poços profundos, das águas aluvionárias, localizados na região norte de Vila Franca de Xira. Este sistema de captação de águas profundas, foi o primeiro a ser introduzido em Portugal.

As soluções para melhorar o abastecimento de água à capital e zonas envolventes não terminaram aqui. Na década de sessenta, reforçou-se o sistema Tejo, através da captação de águas superficiais, localizadas em Valada do Ribatejo.

Face ao progresso da cidade e às exigências dos seus clientes, a empresa procurou novas fontes de captação. Esta preocupação, reflexo de uma nova postura na gestão empresarial, permitiu nos anos oitenta, com a construção do sistema do Castelo do Bode, perspectivar até ao ano 2015 um regular fornecimento de água a cerca de três milhões de portugueses, através do aproveitamento das águas do rio Zêzere.

Actualmente, a EPAL assumindo-se como uma empresa moderna e centenária, detentora de um historial com 127 anos, procura perspectivar o seu futuro servindo-se das experiências do seu anterior percurso. Daí a importância que merece o seu património. Preservá-lo é homenagear todos os que contribuiram, na região de Lisboa, para o crescimento e a vida que repousa na essência da água, produto indispensável ao homem e à sociedade.

RESUMO

No panorama da nova museologia, muitos dos museus de empresa surgem através da reutilização de antigas instalações industriais. Este aproveitamento, beneficiado na maioria dos casos pela vontade e interesse das administrações das empresas, tem permitido salvaguardar e conservar espaços muito ricos no domínio da arqueologia industrial. Esta realidade, desenvolvida entre a instituição que tutela o museu e a comunidade em geral, acaba por ter um efeito, em termos de imagem, extremamente positivo na promoção da divulgação do seu património.

Por outro lado e em termos de animação cultural, estes novos espaços têm procurado desenvolver iniciativas que

motivem os diferentes públicos que os visitam e os utilizam. Os próprios trabalhadores das empresas não deixam de colaborar e partilhar nos eventos culturais realizados nos seus museus enriquecendo, desta forma, a cultura interna das empresas. Contudo, o papel de um museu de empresa não deixa de ser específico e singular, já que o seu status é, verdadeiramente, saber qual a relação entre o público interno e externo, transportando em si mesmo, uma expressão de respeitabilidade e antiguidade da Empresa, através de uma mensagem afectiva, dirigida a empregados, clientes e à sociedade em geral.

Correspondendo à política cultural lançada pela EPAL, o Museu da Água tem procurado assumir o papel polarizador de animação junto da comunidade. Através da utilização dos seus espaços, tem-se desenvolvido diversas iniciativas de carácter cultural e institucional, realizando, exposições de artes plásticas, espectáculos musicais, teatro, conferências, encontros, são algumas das iniciativas realizadas nos núcleos do museu cujo reconhecimento, tanto nacional como internacional, serviram para a sua projecção.



MUSEU DA ÁGUA DA EPAL.
Sala de Exposições Permanentes

PEDRO INÁCIO
LICENCIADO EM CIÉNCIAS HISTÓRICAS
COORDENADOR DO NÚCLEO HISTÓRICO
CULTURAL DA EPAL
RESPONSÁVEL DO MUSEU DA ÁGUA

BIBLIOGRAFIA

- CAETANO, Joaquim - Aquedutos em Portugal, ed. Liber e EPAL, 1991
- CAETANO, Joaquim - Chafarizes de Lisboa, ed. Distrieditora, 1991
- CARDOSO, João Luis, MASCARENHAS, José Manuel, QUINTELA, António Carvalho Aproveitamentos hidráulicos Romanos a Sul do Tejo, Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hídricos, 1986
- CML - Câmara Municipal de Lisboa - D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa, 1990
- INÁCIO, Pedro - A Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, ed. EPAL, 1990
- PINTO, Luís Leite - História do Abastecimento de Água a Lisboa, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972



MUSEU DA ÁGUA DA EPAL.
Sala de Exposições Temporais

RECITAL DE POESIA - 23/3/1995

POR LAURA ARMINDA CARVALHO

No Salão Nobre do Palácio da Independência, pela força evocadora da palavra e do gesto, do jogo hábil das sombras e dos focos luminosos, Florbela voltou. Manuela Machado, poetisa, atriz e professora de Arte Dramática, apresentou-nos um recital de poesia intitulado *36 Anos - 36 Poemas*, dedicado integralmente a Florbela Espanca.

Perante uma assistência silenciosa, expectante e tensa, esmagadoramente feminina, mas heterogénea pela amplitude dos níveis etários e pelos vários graus de sensibilização ao discurso poético, vibraram melodias e ritmos comunicando a mensagem agónica de uma mulher que, moldada pela charneira alentejana, sedenta de água e justiça, num Portugal perturbado, convulsivo, em busca do seu destino, reivindica o direito de amar e de plasmar em verso os abismos e delírios de um erotismo multifacetado, que rompe os bloqueios de uma sociedade que ostentava máscaras de rigidez, puritanismo e harmonia.

Um cenário sóbrio, o "cécor" dos anos vinte: uma rampa com uma mesa redonda, um lirio roxo num solitário, uma "chaise-longue" coberta com uma colcha verde. Ao fundo, funcionando como duplo cenário, um "écran" para projeção de "slides" - uma árvore; um lirio - que irão reforçar a comunicação de uma certa atmosfera. Zonas de sombra, mais ou menos densas, envolvem o círculo luminoso cujo fulcro é a flor, símbolo recorrente da lenta agonia que germinou no jardim interior da poetisa.

Neste espaço vai emergir Florbela. É perfeita e impressionante a simbiose: o grande colar de pérolas brancas que se destaca num elegante fato negro de duas peças com uma blusa da mesma tonalidade do lirio; o movimento das mãos, a inclinação do pescoço, todos os pormenores de uma linguagem gestual muito expressiva. Depois, a voz, que Manuela Machado domina, com uma gama de sonoridades e cromatismos sutis, utilizando uma técnica vocal que concilia a leveza de estados de sonho e euforia imponderável, expressos por tonalidades claras, suaves, ou então por exuberantes ritmos ascendentes, com descidas vertiginosas, sombrias, desesperadas.

Tudo isto cria uma intimidade austera com o texto, que o fundo musical enriquece: Schumann, Liszt, Chopin, os compositores preferidos, mencionados nos poemas.

A seleção dos textos foi feita criteriosamente para assinalar certos aspectos do percurso de Florbela até ao suicídio inevitável e para focar a sua

evolução literária. Dá-nos "climas inteiros" e também as múltiplas personagens desse mesmo palco íntimo, contraditórias mas não absurdas - esclarece Manuela Machado numa breve introdução ao programa. Pretendeu-se evitar a repetição de poemas muito vulgarizados porque são de uma leitura fácil e se prestam a declamações espectaculares; conseguiu-se dar relevo a particularidades pouco conhecidas, como o misticismo, um pantheísmo *sui generis*, etc.

Os "climas musicais" acompanham a progressão interior:

Schumann está de acordo com o romantismo das primeiras composições poéticas - *Livro de Mágicas* - marcadas acentuadamente também pelo decadentismo; Liszt romântico foi o compositor escolhido para os poemas de *Soror Saudade*, considerada um duplo literário, que se destacou da autora da primeira compilação. Em *Charneca em Flor*, a poetisa, na plena posse das suas capacidades criadoras, consciente de que o poeta ultrapassa os limites da condição humana e precisa de "ter garras e asas de condor", na sua sede de atingir o Infinito, de ser "intangível", "Turris Eburnea" perdida no espaço, identifica-se com Liszt brilhante e com o seu virtuosismo esplêndente e exaltado.

O declínio, o cansaço de percorrer "um atalho sombrio", já evidente em poemas de *Charneca em Flor* e quase permanente em *Reliquiae*, condensado no verso singular "Descem em mim poentes de Novembro" e sobretudo patente nos sonetos "Loucura" e "Deixai entrar a morte", tem a sua expressão mais pura nas sonoridades plangentes de Chopin, Balada n.º 1, em sol menor, de uma discreta linguagem musical cuja profundidade está reservada a um número restrito, e culmina na Marcha Fúnebre, 3.º andamento da Sonata n.º 2 em mi bemol, opus 35, para muitos uma espantosa inovação em relação aos moldes tradicionais.

O espetáculo está organizado como um longo monólogo lírico, precedido de passos do *Diário em off* (11/1/1930), escrita espontânea, negligente, em que liberta "reflexões, impressões, ideias, manciras de ver, de sentir". A mesma voz em off concluirá o jogo cénico sublinhando a sua necessidade de comunicar com os outros para atingir os níveis mais secretos, mais profundos do seu ser. Portanto, o diálogo é imprescindível para a eficácia da catábase.

Lúcida e impulsiva, Florbela entrega-se ao seu egotismo neo-romântico torturado, às contradições violentas da sua alma

inquieta e trágica, percorrendo caminhos de transgressão. É verdadeiramente a poesia no feminino: a confissão de uma sensibilidade vibrátil, com agudíssimas estesias dilacerada por uma ansiedade insaciável, perturbada por fracturas e pela consciência da incapacidade do poeta ser Uno. Portanto, a impossibilidade de atingir o Absoluto, na relação consigo próprio, com os outros e com o transcendente. Daí, a tragicidade do seu erotismo, os sucessivos fracassos na sua relação amorosa, que determinam o donjuanismo que a caracterizou e que já vários críticos salientaram. Gera-se o conflito entre a sua fluidez interior, as pressões sociais e a auto-censura que impede a entrega total às suas pulsões. Mas estas libertam-se, por vezes, caóticas, incontroláveis, arrastando-a por caminhos proibidos.

Manuela Machado, no programa, sublinha que foi este o aspecto que mais a fascinou e apresenta como epígrafe os conhecidos versos:

"O pavoroso e atroz mal de trazer
tantas almas a rir dentro da minha"

"Loucura", in *Reliquiae*

É a forçada convivência de personalidades distintas, ou melhor, de matizes psíquicos fugidos, a efemeridade de cada emoção, de cada momento, ainda que intensamente vivido, mas sempre prestes a dissolver-se. Por isso, logo no primeiro soneto seleccionado, se auto-define por uma desorientação essencial:

EU

Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,

Sombra de névoa tenua e esvaecida,
E que o destino amargo, triste e forte
Impele brutalmente para a morte!

Essa inconsistência é traduzida pela condensação de imagens-símbolo que exprimem evanescência: "sombra, névoa, sonho". Algo de irreal, prestes a dissolver-se, como a "sombra que passa", frase de Eugénio de Castro que Florbela cita e que nos recorda a imagem mais subtil e profunda de Pindaro (Pitica VIII, 95-96) ao definir o homem em face das vicissitudes da fortuna:

Seres efêmeros! O que é cada um de nós?

O que não é?

De uma sombra o sonho, eis o homem!

A insegurança, a incerteza ao tentar definir-se, essa tortura de ser "um punhado



de cinzas esparsa ao vento", "o pó, o nada, o sonho de um momento", essa incapacidade de transmutar a emoção num "verso puro" acentua-se nos poemas escolhidos do Livro de Mágicas, poemas elegiacos, nocturnos:

Tenho ódio à luz e raiva à claridade
De sol, alegre e quente.....

Gesto da Noite imensa, triste e preta...
"A minha tragédia"

É bem evidente o seu dilettantismo: eleita para a Dor e pela Dor, em seu aristocrático sentir... Romantismo decadente, ultra-romantismo exacerbado, ou, mais rigorosamente, neo-romantismo, pela morbidez do seu apego à dor com manifestações exuberantes, pelo pressentimento da morte e desejo de aniquilação.

Mas o percurso de Florbela apresenta felizmente, já em *Soror Saudade*, desvios significativos, alternâncias que a afastam dos modelos que a precederam. No seu "convento ideal da Dor" (cf. "A minha Dor", poema não incluído, mas bastante curioso) nem tudo reflecte a paixão das sombrias arcarias que amortalham a vida: a pedra tem linhas convulsivas, requintadas, que sugerem um gótico flamejante, de um misticismo apaixonado. fala-nos da "chama rubra / ao alto a arder" e os poemas "Exaltação" e "Horas rubras" revelam um neopaganismo febril de noites de volúpia em "que tornam astros de fogo, astros dementes".

Soror Saudade ama a vida misticamente e tem uma relação igualmente mística com a terra captada pelos seus sentidos ardentes e pagãos; identifica-se com a paisagem alentejana (mas não com o sofrimento do povo alentejano, porque isolada no seu egotismo redutor). O poema "Alentejano", que evoca "o sol quente do meio-dia / beijando a urze triste dos outeiros", e os ceifeiros que trabalham nas ravinas do monte, pinta um quadro ridente: os ceifeiros andam "alegres", as raparigas cantam "brandamente", têm "perfis delicados e trigueiros", o sol "beija" a urze. Necessariamente recordamos a inexcedível descrição de Fialho de Almeida - *Os Ceifeiros* -, magnífica e violenta; o inferno da ceifa, abrasador, a temperatura que sobe sufocante, tornando o ar irrespirável e provocando estados alucinatórios são comunicados ao leitor numa das páginas mais impressionantes do naturalismo português, já em trânsito para um impressionismo arrojado. Ora no soneto citado, a faina duríssima e a paisagem diluem-se em pura sensualidade: os gritos das cantigas são arrastados, num lascívio dolente. Ainda não se atingiu a alta temperatura de outros poemas que irão acontecer... A Terra / Florbela / magna

Mater, a Gé divina e milenária "prende aos seus dedos sensuais / a cabeleira loira dos trigais". É o gesto de amor expresso numa imagem insólita, propiciatória, de um desejo ainda não consumado.

Esta necessidade de identificação com o seu espaço preferido, "a charneca bárbara e deserta, / triste a florir numa ansiedade vã", claramente enunciada no título da última colectânea revista pela poetisa e publicada logo depois da sua morte - "Chameca em Flor", vai tornar-se obsessiva na fase de maturidade da sua criação literária. Frequentes auto-definições e confirmam:

Olhos a arder em êxtase de amor,
Boca a saber a sol, a fruta, a mel,
Sou a Chameca rude, a abrir em flor,
- poema intitulado
"Chameca em Flor" que
introduz o livro com
o mesmo nome

Sou filha da natureza erma e selvagem.
Os giestais, por entre os rosmaninhos,
Abrindo os olhos d'ouro, p'los caminhos,
Desta minh'alma ardente são a imagem.

"Esfinge" in "Soror Saudade".

A charneca de "rosto duro", a planície rasa com leves ondulações, fecundada germinou, desentranha-se em flores silvestres, nesteiras e olorosas: os giestais de um ouro iridescente, de um aroma intenso e adocicado, salpicados de rosmaninho humilde com os seus pequenos cachos aliasados, simbolizam a vida que se intensifica na Primavera, com o regresso da Luz e do Calor, e o cromatismo rico do manto da deusa Flora, em que perfumes intensos se misturam, tem o olor da terra parida, da cíclica renovação da natureza. Os versos de Florbela são um eco dos cânticos medievais da sacração da Primavera, de que os *Carmina Burana* constituem um testemunho inconfundível. É a mesma exaltação pagã perante um novo amor que a leva a exclamar: "Flori", e a identificar-se com a amendoeira em flor que estende os seus braços para o amado. Os fulgores da paixão intensa, extática, vibram em versos com por ex.:

Minh'alma ardente é uma fogueira acesa
É um brasido enorme a crepitá!
"O meu impossível" in Reliquiae

Mas a "ânsia" de procurar sem encontrar é sempre cortada pela consciência do travo amargo, do "gosto a cinza" igual em "todas as rosas brancas" que morreu. Daí que a charneca seja simultaneamente ardente e triste, que às flores solares se misturem as urzes toxas e o rosmaninho, que um frémio de morte percorra toda a sua poesia erótica.

Um dos exemplos mais impressionantes é a imagem do seu coração que "vai boiando ao acaso das correntes / Esquife negro sobre um mar de chamas..." (*Chameca em Flor*, III). Não sei se nos é permitido sublinhar a influência do arquétipo de Ofélia, em que a água é o destino das ninfas mortas, que voluntariamente se entregam ao doce fluir da corrente, e em que a morte perde as conotações trágicas, violentas. (cf. Bachelard, *L'eau et les rêves*, Paris, José Corti, 1962). No texto de Florbela, não me parece haver ofelização das águas, como sugere Nuno Júdice (J.L., 26/X/1994). A "febre", a "sede", a "estonteante fome, / Que nada existe que a mitigue e a forte", em contraste com a alma do amante, uma "lagoa calma", determinam que o coração vã boiando ao acaso das correntes, como "um esquife negro sobre um mar de chamas". Tudo é vivido neste soneto com exaltação, que culmina nos vocábulos esquife, negro e mar de chamas. Nada resta da pálida sombra de Ofélia, que flutua como um lírio branco. As águas ardentes são ainda o braceiro da paixão.

Mas Manuela Machado reserva-nos outras surpresas: o soneto "Panteísmo" (*Chameca em Flor*). Que panteísmo é esse que confessa Florbela?

Tal como foi definido há muito, panteísmo é o Deus difuso em toda a natureza. Deus infinito e eterno, criador, manifesta-se na criação, nas criaturas finitas e contingentes, em permanente mutação. Deus imanente tem com o mundo uma unidade substancial. Ora o "ardeante oanteísmo" de Florbela é essencialmente telúrico, como já vimos: identifica-se com a charneca nas "tordes de brasa a arder", em que o sol de Verão cinge "voluptuoso, o horizonte... "É o par mítico, primordial, terra - céu, mas céu (Único) é substituído pelo Sol, foco de Luz e calor; numa exaltação crescente, a poetisa sente-se luz e cor, ritmo e clarão de um verso triunfal de Anacreonte! - poeta lírico epicurista da Grécia antiga, que cantou o amor e o prazer. Na sua volúpia, identifica o seu corpo de mulher "com a curva alta e dura do Marão". Os sentidos estimulados, convergentes, captam a luz emitida pelas coisas; é o prazer de contactar com a natureza divinizada.

Contactar, identificar-se, dela participar. A posição do seu corpo é significativa:

E de bruços na terra, penso e cismo
que.....

A minh'alma é o túmulo profundo
Onde dormem, sorrindo, os deuses mortos!

Esses deuses, porém, não morreram, apenas dormem sorrindo, prestes a

acordar, vibrantes e eternos como o influxo vital. E os seus "nervos d'ouro", "guizos d'ouro a tilintar", cantam "num rubro turbilhão" loucas sinfonias; essas vibrações são "a Arte suprema" dos seus versos. ("Guizos d'ouro, in Charneca em Flor").

A mesma imagem da Chameca e do Sol enlaçados, "sozinhos", ambos um "pedaço de paisagem", fora já posta em relevo no soneto "Esfinge", e ao sol chamará também "serpente de ouro" que se enrola na haste de uma tília ("A voz da tília", in Charneca em Flor). O ouro é o símbolo de Apolo na plenitude exaltante da sua cintilação, o princípio gerador masculino.

Noutros momentos, porém, cansada de vibrações intensas e quase insuportáveis, "das dália vermelhas que traz no regaço" "Volúpia" in Charneca em Flor), procura "a inocência / das coisas brutas, sãs, inanimadas", perder a consciência, ser "apenas florescência / De astros em puras noites deslumbradas". Como verificamos, incapaz dessa insensibilização desejada, ainda fala em noites "deslumbradas", em "ser nostálgico choupo ao entardecer", "ramaria inquieta", em "Erguer ao sol o coração dos mortos / Na urna de ouro dum flor aberta..." ("Não Ser" in Charneca em Flor). Esta intensa animização da natureza sugere a críticos a referência a **pansensualismo**, mais evidente do que **panteísmo**. No soneto mais célebre, "Árvores do Alentejo", "as árvores sangrentas, revoltadas", em tempo de seca como os que estamos vivendo, que "Esfingicas, recortam desgrenhadas / Os trágicos perfis no horizonte", simbolizam almas que choram, que imploram a Deus uma gota de água, a humanização das árvores, tão bem clarificada, revela, com o seu símile, um distanciamento de Deus, em relação à natureza: a gota de água é recusada, inexoravelmente.

Em conclusão, o termo panteísmo é aplicado com uma certa incoerência, sem rigor. Florbela integra-se na natureza multimoda e serve-se das sensações mais sutis e requintadas para comunicar cromatismos raros, "nuances", "tencas de silêncio", "veludos a ondear", "desfalecimentos de luz", "púrpuras, damascos e brocados" que traduzem visões íntimas, alucinantes de uma "Néboa de sangue que palpita e alastrá" no seu destino de mulher. ("Interrogação", in Charneca em Flor).

A própria morte será a definitiva união com a terra – "escavar com as milhos a propria cova" para que "as milhos da terra" transmitem em haste de flor germinada – a graça jovem de um corpo esguio... Estamos perante o enlace ritual e sacrossanto dos velhos ritos da fecundidade. Com o mistério da germinação, a putrefacção é apenas uma fase indispensável imposta

pela lei eterna da metamorfose da matéria. A morte apresenta-se ridente, algo que se deseja para regressar ao princípio original, mas em breve será o objecto de uma súplica desesperada do "Pobre de Cristo":

Truz... Truz... Truz... – Eu não tenho onde me acoito,

Sou um pobre de longe, é quase noite, terra, quero dormir, dá-me pousada!...

Mas a barca sombria é arrastada rapidamente pelo mar de chamas, incapaz de sustentar o ritmo alucinante e incoerente. O soneto "Minha culpa", um dos mais conseguidos na expressão da desordem interior, (que falha lamentavelmente nos dois últimos versos) perturba-nos pela intensidade da angústia metafísica:

Sei lá! Sei lá! Eu sei lá bem

Quem sou? Um fogo-fátuo, uma miragem...

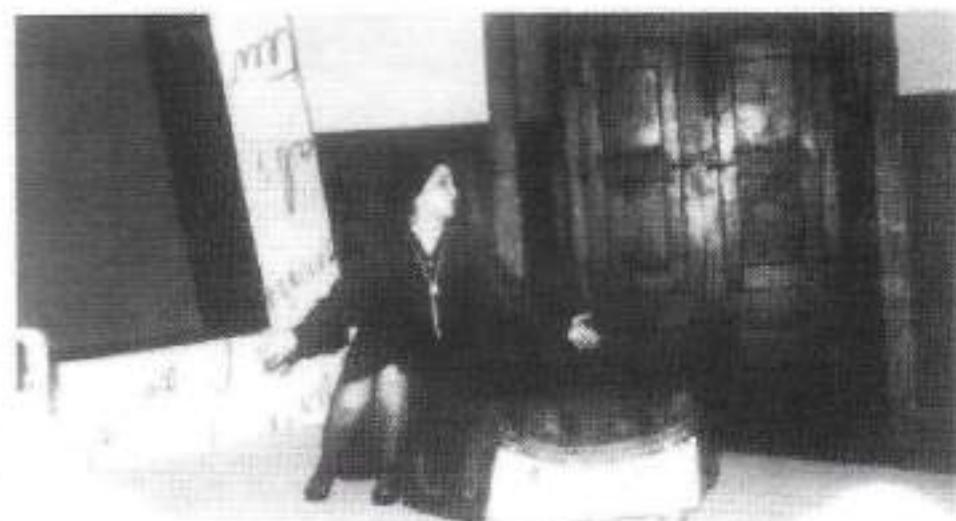
Sou um reflexo... um canto de paisagem
Ou apenas um cenário! Um vaivém

Como a sorte: hoje aqui, depois além!
Sei lá quem sou? Sei lá!

Dramaticamente iterativa, a frase Sei lá, intercalada na sucessão de imagens do mundo sensível – fogo fátuo, miragem, reflexo – com forte carga de inconsistência, traduz a perplexidade da condição humana, "uma estátua truncada da alabastro", metáfora que foge a tópicos já gastos que Florbela não foi capaz de eliminar. As interrogações sem resposta multiplicam-se porque a sua incerteza não tem limites. Surgem hipóteses contraditórias, "anseios de Eternidade", pressentimentos da "mão de Deus", numa luta sem tréguas até ao último poema. Insidiosamente, a desisséssia: o desejo de se transformar "na sombra calma de um entardecer / tombando, em doces pregas de mortalha, sobre o teu corpo heróico, posto em cruz, / Na solidão de um campo de batalha" (Charneca em Flor, VII).

Imagen de rara beleza para traduzir os gestos lentos do ritual do Amor e da Morte! Atingido o limite da Via Sacra, no mesmo espaço de luta e fracasso que lentamente se dilui em sombras vesperais, uma poalha luminosa envolve um corpo posto em cruz... Consumatum est.

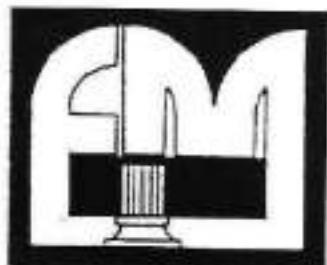
Laura Arminda Carvalho



Dr. Manuela Silveira Machado retratando Florbela Espírito



Um aspecto da suave e austera estética que intenta a magnífica actuação da Dr. Manuela Silveira Machado



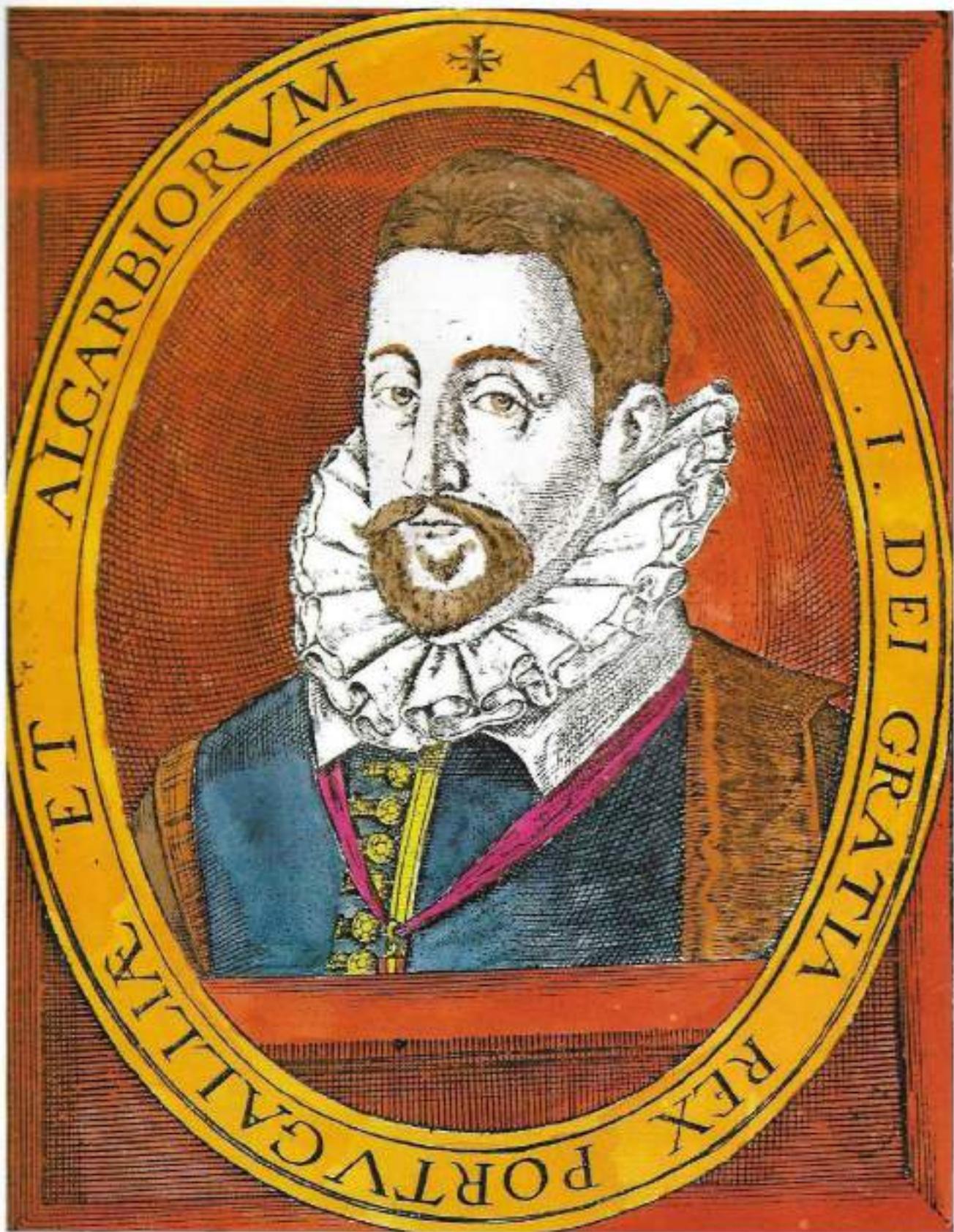
Fundação Macau
澳門基金會

CP 3052

UMA INSTITUIÇÃO

AO SERVIÇO DA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



D. ANTÓNIO
(PRIOR DO CRATO)

1531 - 1595

GRAVEURA DA ÉPOCA - RESERVADOS E MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA
NACIONAL DE LISBOA

